PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJETO

"VALTER VALENTE – GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA."

PL20240410003370

PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS

julho 2024

Página propositadamente deixada em branco

ÍNDICE GERAL

1. Introdução 2
2. Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) 2
2.1. Projeto 2
2.2. Recursos Hídricos 6
2.3. Qualidade do ar 15
2.4. Saúde Humana 16
2.5. Análise de Riscos 23

1. Introdução

No âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto " Valter Valente – Gestão de Resíduos, Lda" – PL20240410003370, submetido na plataforma SILiAmb, sob a forma de Estudo de Impacte Ambiental, vimos por meio deste documento, dar resposta ao pedido de elementos adicionais identificados pelas entidades licenciadores no domínio de ambiente.

2. Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

2.1. Projeto

1. **No nº1.1 "Identificação do Projeto e da fase em que se encontra" do capítulo 1. "Introdução" do RS;**

Na versão do EIA Consolidado foi introduzido no Capítulo 1, secção 1.1 a fase em que se encontra o Projeto, sendo neste caso a fase de execução. Foi adicionada a expressão:

"*O Projeto encontra-se atualmente em fase de execução.*"

2. **No nº2.4 "Alternativas do projeto", descrever com mais detalhe as alternativas consideradas em termos de tecnologia utilizada;**

Na versão do EIA Consolidado foi introduzido no Capítulo 2, secção 2.4, logo após o último parágrafo da versão anterior, o seguinte:

"*Especificamente no que refere à análise de alternativas tecnológicas, e mais especificamente no que diz respeito ao fragmentador, o proponente optou pela escolha de um equipamento com tecnologia de martelos móvel ao invés da tecnologia de martelos fixos. A tecnologia patente no fragmentador ITR HMM 100 – tecnologia de martelo móvel – foi considerada a mais adequada nesta tipologia de equipamento e de acordo com as necessidades do proponente. Comparativamente à tecnologia de martelo fixo a tecnologia do equipamento adquirido adiciona o movimento hidráulico dos componentes principais, o levantamento do rotor com o capot superior, bem como a possível substituição rápida das telas, o que proporciona um aumento significativo da capacidade de produção e redução dos custos operacionais.*

De acordo com os dados do fornecedor do equipamento a tecnologia de martelos móvel é considerada versátil e com várias possibilidades de configuração. A escolha desta tecnologia e deste equipamento em específico resultou igualmente de uma oportunidade de negócio

considerada rentável face às condições habituais de mercado. Além disso é uma tecnologia reconhecida e fiável. No Anexo EQ do EIA Consolidado é possível consultar a ficha técnica do fragmentador ITR HMM-100."

3. **No capítulo 3 do RS "Descrição do Projeto", apresentar breve descrição de cada tipo de tratamento apresentado nos vários fluxogramas, na medida em que os mesmos não são legíveis. Referir os resíduos entrados, o tratamento realizado e o destino final. Descrever com detalhe o processo de oxicorte, nomeadamente o local onde é realizado, o tamanho das peças cortadas e o tempo de funcionamento;**

Na versão do EIA Consolidado, no capítulo 3, secção 3.2.1 foi introduzida uma breve descrição de cada tipo de tratamento apresentado nos vários fluxogramas, tal como exposto de seguida:

"*Tratamento metais ferrosos*

Os resíduos de metal são sujeitos a triagem e fragmentação, operações classificadas com o código R12 Q - Outras operações R12 não especificadas, consistindo num conjunto de operações sequenciais, englobando os códigos de operação R12 B – Triagem e R12 A - Tratamentos mecânicos (fragmentação). Após receção, os resíduos são triados manualmente e/ou com recurso a meios mecânicos (giratória), em função das características/dimensões. Os resíduos são submetidos a fragmentação. Este equipamento trabalha em circuito fechado e, portanto, sem emissões para a atmosfera, conforme ficha técnica do equipamento. No caso das aparas e limalhas dos metais ferrosos, classificadas com o código LER 12 01 01, apenas as aparas são sujeitas a triagem e fragmentação (as limalhas são sujeitas exclusivamente a armazenamento, que se destinam a valorização, sendo recebidas com o código de operação R13 B). Após o tratamento, os resíduos são armazenados nos respetivos parques de armazenamento em piso impermeabilizado, dotada de rede de drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado.

(…)

Tratamento de metais não ferrosos

Os resíduos de metal não ferroso são sujeitos a processo de triagem, operação classificada com o código de operação R12B - Triagem.

Após receção, os resíduos são triados manualmente e/ou com recurso a meios mecânicos (giratória), em função das características/dimensões. No caso das limalhas dos metais não ferrosos, estas são sujeitas exclusivamente a armazenamento, que se destinam a valorização, sendo recebidas com o código de operação R13 B. Após o tratamento, os resíduos são armazenados em área com piso impermeabilizado, dotada de rede de drenagem com encaminhamento para o

separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado. Os metais ferrosos provenientes das misturas de metais são encaminhados para fragmentação.

(…)

Papel, Cartão e Plástico

Os resíduos de papel/cartão são submetidos a processo de triagem, operação classificada com o código de operação R12B - Triagem. Após receção, os resíduos são triados manualmente, em função das suas características e dimensões. Estes resíduos são posteriormente armazenados em piso impermeabilizado, dotado de rede de drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado.

Os resíduos de plástico são submetidos a processo de triagem, operação classificada com o código de operação R 12B - Triagem. Após receção, os resíduos são triados manualmente, em função das suas características e dimensões. Estes resíduos são posteriormente armazenados em piso impermeabilizado, dotado de rede de drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado.

(…)

Mistura de embalagens

Os resíduos de mistura de embalagens são submetidos a processo de triagem, operação classificada com o código de operação R 12B - Triagem. Após receção, os resíduos são triados manualmente, em função das suas características e dimensões. Estes resíduos são posteriormente armazenados em piso impermeabilizado, dotado de rede de drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado.

(…)

Desmantelamento de Resíduos de equipamentos elétrico e eletrónico (REEE)

O Projeto pretende proceder à triagem, por categorias, e desmantelamento manual dos REEE rececionados com os códigos LER 16 02 14 e 20 01 36, usando o código de operação R 12 G - Desmantelamento dos resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, incluindo a remoção das substâncias perigosas.

(…)

Desmantelamento e fragmentação de componentes de equipamentos elétrico e eletrónico

A empresa pretende proceder ao desmantelamento manual e fragmentação dos componentes de REEE (motores elétricos), operações classificadas com o código R12 Q - Outras operações R12 não especificadas, consistindo num conjunto de operações sequenciais, englobando os códigos de operação R 12 G - Desmantelamento dos resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, incluindo a remoção das substâncias perigosas e R12 A – Tratamentos mecânicos. Após receção, os

resíduos são encaminhados para a zona de desmantelamento, onde existe o desmantelamento através da remoção dos diferentes componentes que os constituem: outros componentes, outras pilhas e acumuladores, vidro, metais não ferrosos, plástico e metais ferrosos. Os outros componentes, outras pilhas e acumuladores, vidro, metais não ferrosos e plástico são encaminhados para as respetivas zonas de armazenamento, até serem expedidos para operador devidamente licenciado. Os metais ferrosos são encaminhados para fragmentação.

(…)

Triagem de cabos

Os resíduos de cabos são submetidos a um processo de triagem, classificado com o código de operação R12 B - Triagem. Após receção, os resíduos de cabos são triados manualmente relativamente à sua composição, dimensão e características. Estes resíduos são posteriormente armazenados em piso impermeabilizado, dotado de rede de drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos, até à sua expedição para operador licenciado.

(…)

Armazenamento de resíduos não perigosos e perigosos com vista à valorização

Os resíduos não perigosos rececionados nas instalações sujeitos exclusivamente a armazenamento, e que se destinam a valorização, são recebidos com o código de operação R13 B, e são armazenados em área impermeabilizada, dotada de rede de drenagem, com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos. Todas as áreas de armazenamento são identificadas com os respetivos códigos LER dos resíduos a serem armazenados. Posteriormente, os resíduos são encaminhados para um destinatário adequado e licenciado para valorização.

Os resíduos perigosos rececionados nas instalações classificados com o código LER 160211, 160213*, 160215*, 160601*, 160602*, 200121*, 200123* e 200135*, sujeitos exclusivamente a armazenamento, e que se destinam a valorização, são recebidos com o código de operação R13 B, e são armazenados em área impermeabilizada, dotada de rede de drenagem. Todas as áreas de armazenamento são identificadas com os respetivos códigos LER dos resíduos a serem armazenados. Posteriormente, os resíduos são encaminhados para um destinatário adequado e licenciado para valorização.*

(…)

Resíduos não perigosos e perigosos destinados à eliminação

O Projeto pretende receber os resíduos não perigosos classificados com os códigos LER 07 06 12, 10 11 03, 15 01 05, 15 02 03, 19 12 12, 20 03 01, 20 03 03 e 20 03 07 com o código de operação D13 - Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de D 1 a D 12. Uma vez que os resíduos, provenientes de várias origens, principalmente de indústrias, não são passíveis de valorização, depois de rececionados são misturados com outros resíduos não valorizáveis e armazenados numa área devidamente identificada, com piso impermeabilizado, dotada de rede de

drenagem com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos. Posteriormente, os resíduos são encaminhados para um destino de eliminação, adequado e licenciado.

Os resíduos perigosos rececionados nas instalações sujeitos exclusivamente a armazenamento, e que não são passíveis de valorização (LER 15 01 10 e 15 02 02*), destinam-se a uma operação de eliminação, sendo recebidos com o código de operação D15 - Armazenagem antes de uma das operações enumeradas de D 1 a D 14 (com exclusão da armazenagem preliminar). São armazenados em área impermeabilizada, dotada de rede de drenagem, com encaminhamento para o separador de hidrocarbonetos. Todas as áreas de armazenamento são identificadas com os respetivos códigos LER dos resíduos a serem armazenados. Posteriormente, os resíduos são encaminhados para um destinatário adequado e licenciado para eliminação."*

No caso do processo de oxicorte, dado que o seu uso era esporádico o proponente prescindiu do seu uso, pelo que este deixará de ser usado no processo de tratamento de resíduos. Sendo assim a referência ao processo de oxicorte foi eliminado no EIA consolidado e não constará do processo de licenciamento em curso.

4. **Enviar a informação geográfica do projeto (polígonos, linhas e/ou pontos), nomeadamente limite da área do projeto, edifícios existentes, parques de resíduos (de entrada e saída de resíduos) e redes de drenagem, no sistema de coordenadas ETRS_1989_TM06-Portugal, e respetivas tabelas de atributos devidamente preenchidas. A submissão de informação geográfica vetorial deverá ser realizada no formato .gpkg "OGC Geo Package". Caso utilizem software ESRI, poderão em alternativa usar o formato .lpk "Layer Package".;**

O ANEXO "ValterValente.gpkg" apresenta informação geográfica vetorial no formato .gpkg do projeto no sistema de coordenadas ETRS_1989_TM06-Portugal. Os dados constantes deste foram convertidos do ANEXO "ValterValente" em DWG proveniente do CAD, também em anexo.

2.2. Recursos Hídricos

5. **O relatório síntese (RS) por diversas vezes refere o plano de gestão da bacia hidrográfica do Vouga, Mondego e Liz com diversas siglas. Solicita-se a sua uniformização adotando PGBH (2009-2015) para o primeiro ciclo de planeamento, PGRH (2016-2022) para o segundo ciclo e PGRH (2022-2027) para o terceiro ciclo;**

Foram atualizadas no relatório síntese, EIA consolidado, as diversas siglas referentes ao Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Liz. Tendo as mesmas seguido o pedido no

pedido de elementos adicionais, PGBH (2009-2015) para o primeiro ciclo de planeamento, PGRH (2016-2022) para o segundo ciclo e PGRH (2022-2027) para o terceiro ciclo.

6. **O RS refere que os esgotos domésticos são enviados para a rede pública, que os encaminha para a ETAR poente de Mangualde. Apresentar informação sobre a qualidade do tratamento efetuado na referida ETAR (tendo em atenção o estabelecido no respetivo título de descarga), de modo a avaliar o impacte associado a esta descarga de águas residuais.**

Na versão do EIA Consolidado, no capítulo 6, secção 6.8.1 foi introduzida uma breve descrição acerca dos efluentes gerados pelo Projeto de forma a clarificar o tipo de efluentes, tal como exposto de seguida:

"*Os efluentes gerados são de duas naturezas distintas: efluentes domésticos (gerados nas casas de banho e nas áreas sociais do Projeto) e efluentes industriais/pluviais. Os denominados efluentes industriais/pluviais, assim considerados no âmbito do presente estudo, correspondem, por sua vez, a duas tipologias distintas: efluentes industriais gerados na lavagem dos pavimentos (tanto internos como externos), potencialmente contaminados, com origem na rede pública de abastecimento; e, efluentes pluviais potencialmente contaminados com origem na água das chuvas que drenam pelos pavimentos impermeabilizados. Estes efluentes industriais/pluviais são encaminhados para um separador de hidrocarbonetos sendo posteriormente descarregados na rede pública de drenagem das águas pluviais, tal como previsto na licença concedida pela entidade competente (ver ANEXO MHH). A Figura 6.1 apresenta um fluxograma explicativo dos efluentes gerados no Projeto.*

Assim, a laboração do Projeto gera aspetos ambientais, nomeadamente no que diz respeito ao consumo de água e à produção e descarga de efluentes domésticos e efluentes industriais.

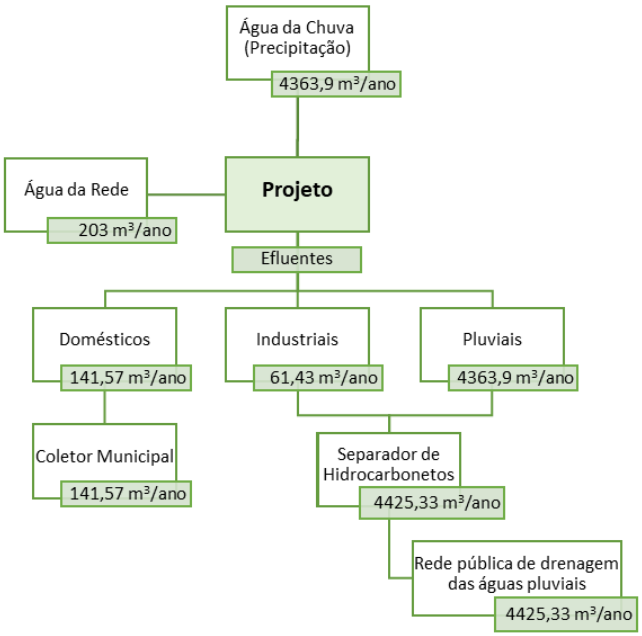


Figura 6.1: Fluxograma dos efluentes gerados pelo Projeto"

Os *efluentes industriais* aqui considerados correspondem às águas de lavagem de pavimentos e às águas pluviais drenadas nos pavimentos exteriores do Projeto (área impermeável). Pelo exposto, o título de descarga em anexo no EIA corresponde às águas residuais industriais descarregadas, resultantes das águas pluviais e águas de lavagem, após passagem pelo separador de hidrocarbonetos. O Projeto não apresenta título de descarga para os esgotos domésticos.

Refira-se ainda que o ANEXO MHH do EIA Consolidado apresenta os dados de autocontrolo da ETAR Poente de Mangualde, referente ao ano de 2023 tal como solicitado.

A ETAR Poente de Mangualde tem uma capacidade de 12.000 habitantes-equivalentes, encontrando-se devidamente licenciada para a função que desempenha. Os dados de autocontrolo fornecidos pela entidade gestora da referida ETAR podem ser consultados no Anexo MHH do EIA Consolidado. De acordo com os dados de autocontrolo recebidos encontram-se assinaladas algumas excedências nos parâmetros CBO, NH_4, SST e N_T. Não foram assinaladas excedências nos parâmetros associados a óleos e gorduras, metais pesados e óleos minerais. As águas residuais domésticas geradas no Projeto correspondem àquelas geradas por 3 funcionários e ascendem a 141,57 m^3/ano, valor que pode ser considerado como muito baixo. Tendo em consideração a tipologia de efluente gerado, o volume associado e a capacidade de tratamento existente no sistema municipal pode-se afirmar que a influência do efluente doméstico descarregado pelo Projeto sobre a capacidade de tratamento da ETAR Poente de Mangualde é diminuta senão mesmo inexistente pelo que não há impacte ambiental a assinalar.

7. **As águas residuais industriais resultantes das lavagens e as águas pluviais potencialmente contaminadas são encaminhadas para tratamento no separador de hidrocarbonetos (SH) da instalação. À saída do SH as águas são descarregadas na rede de drenagem de pluviais. Apresentar a caraterização da possível contaminação das águas (em resultado da atividade desenvolvida), a descarregar.**

O ANEXO7 apresenta a caraterização das águas residuais industriais provenientes do separador de hidrocarbonetos da instalação. Todos os parâmetros medidos encontram-se dentro dos VLE à exceção do mercúrio. O valor de mercúrio medido foi de 0,138 mg/L Hg enquanto o VLE é de 0,05 mg/L Hg, ou seja, 2,7 vezes acima do permitido. Esta excedência poderá representar uma situação pontual e anómala, eventualmente associada ao facto do proponente não se encontrar em laboração e resultante do facto das pilhas de resíduos se encontrarem com um tempo de residência muito superior àquele que se encontrariam em condições normais de funcionamento da instalação. No seguimento do solicitado no presente PEA foi incluído no EIA um *Programa de Monitorização da Qualidade da Água Pluvial (Potencialmente Contaminada) a Descarregar* por forma a poder acompanhar a qualidade do tratamento do efluente tratado pelo separador de hidrocarbonetos e permitir acompanhar a evolução dos teores de mercúrio.

8. **Na reunião de apresentação do projeto, efetuada em 2024/05/08, foi referido que a pluviosidade anual é de cerca de 1788,7mm/ano. No RS (em diversos locais) esta é referida como sendo de 998,3mm/ano. Esclarecer/corrigir esses valores.**

No RS é referido que a precipitação média anual é de 998,3 mm/ano. O valor de 1788,7 mm/ano, é referente à precipitação média acumulada no ano de 2000, com base no histórico simulado segundo as normais climatológicas entre 1971-2000, para a região de Viseu Dão Lafões, enquanto o valor anterior baseia-se nas medições reais da estação meteorológica de Nelas. Ou seja, tendo por base os dados históricos de precipitação média entre os anos de 1971 e 2000, a aplicação do Modelo Regional Ensemble à região do Dão-Lafões resulta no valor médio de precipitação de 1.788,7 mm. Este valor é referido no capítulo 4, subcapítulo 4.13.7.2. Este dado é tido em conta para fazer uma comparação com as normais climatológicas para os cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, tal como foi efetuado na apresentação do EIA em 2024/05/08. Ou seja, o valor de 1.788,7 mm mencionado tem por base o mesmo modelo utilizado nos cenários produzidos (RCP4.5 e RCP8.5) pelo Portal do Clima, de modo a assegurar a coerência entre os valores históricos e futuros.

Optou-se por não efetuar qualquer alteração no EIA Consolidado uma vez que o valor de 1.788,7 mm é um valor simulado para o ano de 2000 (contextualizado no fator ambiental Alterações Climáticas), devendo ser considerado como valor médio de precipitação anual real o valor de 998,3 mm.

9. **Na tabela 6.18 é referido que o impacte é considerado positivo se o projeto contribuir para a reposição das condições originais do meio hídrico. Não se entende esta afirmação dado que se forem atingidas as condições originais (situação de referência) a conclusão a tirar é que o impacte é nulo, e não positivo. Para que o impacte fosse positivo era necessário que a situação fosse melhor que a da situação de referência. Explicar/corrigir a afirmação mencionada e as conclusões associadas.**

De acordo com os critérios apresentados na Tabela 6.18 considera-se a existência de um impacte positivo se o Projeto (ou outro qualquer na qual se aplique a mesma metodologia) contribuir efetivamente para a reposição das condições originais do meio hídrico no sentido das condições pristinas. A situação de referência considerada constitui o ponto de partida no qual o Projeto se insere e que pode representar uma condição menos favorável às condições originais do local. Independentemente disso, optou-se por alterar a Tabela 6.18 de modo a não induzir em erro os leitores. Pelo exposto, na Tabela 6.18, onde se lê

"*O impacte é considerado **positivo** se o projeto contribuir para a reposição das condições originais do meio hídrico ou se diminuir o grau de contaminação potencial da qualidade das águas superficiais.*"

Deverá ler-se:

"*O impacte é considerado **positivo** se o projeto contribuir para a melhoria das condições do meio hídrico existente ou se diminuir o grau de contaminação potencial da qualidade das águas superficiais*."

10. **Neste RS é afirmado que a impermeabilização da superfície tem associado um impacte positivo. Dado que não é mencionada a área a impermeabilizar, indicar essa área.**

No Projeto em questão não irá ocorrer nenhuma impermeabilização, toda a área afeta à atividade de OTR encontra-se impermeabilizada. Por toda a área se encontrar impermeabilizada, considera-se como um impacte positivo, dado que irá limitar a contaminação das águas subterrâneas durante a laboração do Projeto. A área impermeabilizada existente é de 5.126,25 m^3 e corresponde à área impermeabilizada não coberta afeta à OGR, tal como mencionado na Tabela 3.1 (Síntese de índices do Projeto).

De modo a clarificar a questão solicitada foi dada uma nova redação à secção 6.7.4.3 (Existência Física do Projeto – impermeabilização da superfície e diminuição de contaminação).

Assim, onde se lê:

Na fase de exploração outro impacte identificado relaciona-se com a impermeabilização da superfície provocada pela ocupação definitiva dos solos devido à existência do Projeto. A impermeabilização da superfície existente impede a contaminação das águas subterrâneas através de contaminantes provenientes das operações de gestão de resíduos. Estes são recolhidos e encaminhados para o separador de hidrocarbonetos, evitando-se assim a contaminação das águas subterrâneas.

A este respeito, o impacte é considerado positivo, provável, magnitude média, permanente e com impacte a longo prazo. O impacte ambiental é classificado local e como Não Significativo.

Deverá ler-se:

Na fase de exploração outro impacte identificado relaciona-se com a impermeabilização da superfície provocada pela ocupação definitiva dos solos devido à existência do Projeto. A área impermeabilizada atualmente existente é de 5.126,25 m^3 *(área impermeabilizada não coberta afeta à OGR). A impermeabilização da superfície existente impede a contaminação das águas subterrâneas através de contaminantes provenientes das operações de gestão de resíduos. Estes são recolhidos e encaminhados para o separador de hidrocarbonetos, evitando-se assim a contaminação das águas subterrâneas.*

A este respeito, o impacte é considerado positivo, provável, magnitude média, permanente e com impacte a longo prazo. O impacte ambiental é classificado local e como Não Significativo.

11. Na página 321/379 do RS é referido que na fase de desativação, "as substâncias presentes nos derrames associados às operações de manutenção, abastecimento e reparação de todos os engenhos envolvidos na fase de construção podem ser, em termos potenciais, de natureza diversa, nomeadamente: hidrocarbonetos, resíduos de hidrocarbonetos, metais pesados, compostos orgânicos e compostos inorgânicos". Posteriormente referem que "Esta panóplia de substâncias tem como origem os combustíveis, as baterias e as massas e óleos lubrificantes utilizados nos diversos equipamentos de construção."

Não se percebem estas referências às atividades construtivas na fase de desativação, sobretudo porque o RS não descreve de que constará a fase de desativação (objetivos ambientais e atividades a desenvolver). Solicita-se, assim, informação sobre a fase de desativação.

Por lapso é referido "as substâncias presentes nos derrames associados às operações de manutenção, abastecimento e reparação de todos os engenhos envolvidos na fase de construção

podem ser, em termos potenciais, de natureza diversa, nomeadamente: hidrocarbonetos, resíduos de hidrocarbonetos, metais pesados, compostos orgânicos e compostos inorgânicos", onde se lê fase de construção devia ler-se fase de desativação. É ainda referido "Esta panóplia de substâncias tem como origem os combustíveis, as baterias e as massas e óleos lubrificantes utilizados nos diversos equipamentos de construção.", onde se lê equipamentos de construção devia ler-se equipamentos de demolição.

Ambos os erros foram devidamente corrigidos na versão consolidada do EIA.

12. O RS refere (na página 323/379) que em 2021 e 2022 o consumo de água foi de 0,295 m3/ano e 0,140m3/ano. Estes valores são diferentes dos mencionados noutros locais deste RS, pelo que os mesmos deverão ser esclarecidos/corrigidos.

Por lapso são referidos os valores de 0,295 m^3/ano e 0,140 m^3/ano para os anos de 2021 e 2022, a tabela 3.6 refere corretamente os valores de 295 m^3/ano, 140 m^3/ano e 203 m^3/ano para os anos de 2021, 2022 e 2023 respetivamente.

Foi retificado na versão do EIA consolidado no capítulo 6. Secção 6.8.1 os valores dos consumos em concordância com o apresentado na tabela 3.6:

"O Projeto consumiu em 2021, 2022 e 2023 da rede de abastecimento público respetivamente 295 m^3/ano, 140 m^3/ano e 203 m^3/ano."

13. Corrigir o mencionado na página 323/379 do RS "a produção anual de efluentes líquidos industriais e domésticos é de xxxxxm3;

Foi corrigido na versão do EIA consolidado a menção à produção anual de efluentes líquidos, sendo referido que "*Relativamente à produção de efluentes domésticos, o Projeto é responsável pela produção, anual de 141,57 m^3, este valor foi estimado mediante o consumo médio diário de água por habitante, segundo a ERSAR.*

Os efluentes industriais do Projeto são responsáveis pela produção anual de um total de 4.425,33 m^3/ano, sendo que parte corresponde aos efluentes pluviais com 4363,9 m^3/ano e o restante aos efluentes industriais provenientes das lavagens dos pavimentos com 61,43 m^3/ano".

A produção anual de efluentes líquidos industriais e domésticos perfaz um total de 4.566,9 m^3/ano. Este valor foi estimado segundo o consumo de água e a precipitação na área do Projeto. Foi tido em conta o escoamento da precipitação quer nos telhados quer no chão.

14. Explicar/corrigir a afirmação constante na página 174/379 do RS "A elevada interdependência da pluviosidade e das disponibilidades hídricas na bacia do Ave…",

Por lapso, é referido na página 174 do EIA "A elevada interdependência da pluviosidade e das disponibilidades hídricas na bacia do Ave…", onde se lê "Ave" devia ler-se Mondego. A afirmação foi corrigida na versão do EIA Consolidado.

"A elevada interdependência da pluviosidade e das disponibilidades hídricas na bacia do Mondego é essencialmente devida ao facto dos aquíferos existentes terem reduzida capacidade de armazenamento.".

15. Explicar/corrigir o referido na página 171/379 do RS "a partir dessa quantidade de água são perdidos por evaporação cerca de 1.248 hm3 que recarregam as formações hidrogeológicas."

Por lapso, é referido "a partir dessa quantidade de água são perdidos por evaporação cerca de 1.248 hm^3 que recarregam as formações hidrogeológicas". O pretendido era dizer apenas o que está na frase imediatamente anterior, "Tendo em consideração a área de drenagem da bacia e a precipitação anual, é determinada a evapotranspiração com valores de 1.064 mm.", pelo que a frase referida na versão consolidada do EIA foi retirada.

16. Corrigir o referido na página 169/379 do RS "em termos regionais, a bacia hidrográfica do rio Douro (Figura 4.44) confronta-se...".

Por lapso, é referido na página 169 do EIA "em termos regionais, a bacia hidrográfica do rio Douro (Figura 4.44) confronta-se...", onde se lê "Douro" devia ler-se Mondego. A afirmação foi corrigida na versão do EIA Consolidado.

"Segundo o PGRH-VML (2022-2027), em termos regionais, a bacia hidrográfica do rio Mondego (Figura 4.44) confronta-se a Norte com a bacia hidrográfica do rio Vouga, a Oriente com a bacia hidrográfica do rio Douro e a Sul com a bacia hidrográfica do rio Tejo.".

17. Apresentar o plano de monitorização da qualidade da água pluvial (potencialmente contaminada) a descarregar (Colocar no EIA)

Na versão do EIA consolidado foi acrescentado no capítulo 9 – Plano de Monitorização, o ponto 9.2 - Programa de Monitorização de águas pluviais, referente ao plano de monitorização da qualidade das águas pluviais a descarregar pelo Projeto.

" 9.2. Programa de Monitorização da Qualidade da Água Pluvial (Potencialmente Contaminada) a Descarregar

9.2.1. Objetivo e âmbito

O principal objetivo do programa de monitorização proposto, passa pela determinação da qualidade de água pluvial descarregada depois de passar pelo separador de hidrocarbonetos.

9.2.2. Parâmetros a monitorizar

No que respeita à monitorização das águas pluviais para descarga no meio recetor, propõe-se a amostragem dos parâmetros abaixo listados:

- pH
- Carência Química de Oxigénio
- Carência Biológica de Oxigénio
- Fósforo
- Azoto
- Sólidos suspensos totais
- Hidrocarbonetos totais
- Carbono orgânico total
- PFOA+PFOS
- Níquel
- Chumbo
- Cobre
- Crómio
- Mercúrio
- Cádmio
- Zinco
- Arsénio

9.2.3. Frequência de amostragem

Na fase de exploração do Projeto os parâmetros pH, CQO, SST são analisados trimestralmente (definido na L019821.2021.RH4A). Os restantes parâmetros, CBO, Azoto e Fósforo devem ser analisados anualmente (definido na L019821.2021.RH4A) e os parâmetros CQO, Índice de Hidrocarbonetos, COT, Níquel, Chumbo, Cobre, Crómio, Mercúrio, Cádmio, Zinco, Arsénio, devem ser analisados mensalmente (definido no BREF WT), e por ultimo, os parâmetros PFOA e PFOS devem ser analisados semestralmente (definido no BREF WT).

A cada a análise deverá ocorrer a emissão do respetivo boletim de análise pelo laboratório.

9.2.4. Técnicas e Métodos de Análise

As técnicas laboratoriais, métodos analíticos e equipamentos necessários à realização das análises para a determinação dos diversos parâmetros, segundo o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, e BREF WT, o qual estabelece as normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

Os resultados obtidos deverão ser comparados com os VLE dispostos no BREF WT – MTD 7 (Quadro 6.1) e na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais n.º L019821.2021.RH4A.

9.2.5. Duração do Programa de Monitorização

O programa de monitorização terá duração semelhante à fase de exploração do Projeto.

9.2.6. Relatório de Monitorização

Os resultados das monitorizações respeitantes às águas pluviais deverão ser registados e analisados num Relatório de Monitorização da Qualidade da Água Pluvial, a elaborar anualmente. Os relatórios de monitorização a elaborar deverão seguir a estrutura definida na legislação em vigor (Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro), incluindo os seguintes pontos: descrição das campanhas de amostragem efetuadas (responsáveis, datas das campanhas, métodos e equipamentos, condições de amostragem, entre outros); apresentação dos dados obtidos em cada campanha; análise e discussão dos valores obtidos tendo por base os critérios definidos. Trimestralmente será realizado um relatório simplificado referente à análise efetuada em cada trimestre."

2.3. Qualidade do ar

18. Indicação do tráfego rodoviário associado à laboração da instalação Valter Valente, quer na situação de referência, quer na situação futura, com as alterações implementadas.

Para a situação de referência, e tendo por base o histórico disponível do proponente, o Projeto (sem a instalação da fragmentadora) apresenta uma média diária de entrada de 5 veículos pesados e saída de 3 veículos pesados. Estes valores correspondem a uma média mensal de 176 veículos pesados (média anual de 2.112 veículos pesados) tendo por base 22 dias úteis de trabalho mensal (ao sábado não se efetua por norma a receção e/ou saída de carga).

Com a instalação da fragmentadora vai ocorrer uma maior otimização das cargas devido ao facto do material fragmentado permitir uma maior acomodação. Por outro lado, nos transportes de saída carga efetuados pelo proponente há sempre a tentativa de otimização dos mesmos, procurando que nas viagens de retorno seja transportado material necessário à OGR. Ainda assim, considera-

se plausível um aumento de cerca de 10% dos movimentos de carga, resultando num total anual de cerca de 2.323 veículos pesados.

19. Identificação e quantificação das emissões atmosféricas difusas associadas às atividades desenvolvidas na instalação, tanto na situação atual, como na futura, com o projeto implementado, contemplando todos os poluentes existentes.

As emissões difusas estão associadas no Projeto à emissão de poeiras e partículas durante a movimentação de veículos, no entanto refira-se que dado as condições de limpeza do estabelecimento esta emissão será sempre muito reduzida.

Ainda no âmbito do licenciamento em curso o proponente irá prescindir da operação de corte de metais com recurso à técnica de oxicorte. Assim, no caso dos resíduos de metal não ferroso estes vão ser apenas sujeitos a processo de triagem (operação classificada com o código de operação R12B – Triagem). Pelo exposto não existirão emissões difusas associadas à operação de corte.

No que refere às emissões associadas aos odores foi realizada uma análise de odores, por forma a avaliar a concentração de odores (ANEXO SH). A amostragem foi realizada no topo da pilha de resíduos, uma vez que é a zona da instalação mais exposta e com maior potencial de libertação de odores, não tendo sido identificado odor percetível durante o decorrer dos ensaios em campo. De acordo com a análise dos resultados, foram obtidos valores de concentração de odores na ordem de 46 UOE/Nm^3. Na ausência de legislação nacional na temática de odores e de um Valor Limite de Emissão (VLE) definido, bem como, dada a inexistência de um valor de emissão associado às Melhores Técnicas Disponíveis (VEA-MTD) referente ao tratamento mecânico de resíduos, no que ao parâmetro de odores diz respeito, não é possível realizar um enquadramento do valor obtido. A título meramente informativo, refere-se que o VEA-MTD referente ao tratamento biológico de resíduos é de 200-1000 UOE/Nm^3.

Não obstante, a empresa implementou uma medida preventiva da emissão de odores, designadamente a pulverização dos resíduos, nomeadamente das embalagens de metal RSU, com produto anti odor com recurso a um vaporizador.

No caso do equipamento adquirido, a fragmentadora ITR HMM 100, tal como já foi referido e atestado no EIA, a mesma funciona em circuito fechado pelo que não haverá emissões durante o seu funcionamento, no entanto, no tapete da mesma, aquando da queda dos resíduos processados poderá ocorrer a emissão de algumas poeiras metálicas. Para minimizar esta emissão o Projeto procederá ao humedecimento com água recorrendo ao uso de mangueira, quer no tapete quer nos locais de armazenamento de resíduos.

2.4. Saúde Humana

20. No ponto 1.5 do RS é feita referência a queixas relativas a mau cheiro e mosquitos, no entanto, no capítulo da saúde humana não está explicito a forma como o projeto pode afetar a saúde. Deste modo, solicita-se que seja explicado no EIA de que forma é que o projeto pode afetar a saúde humana, considerando que não se localiza em local isolado;

Foi realizado uma análise da emissão de odores pelo Projeto (consultar ANEXO SH do EIA Consolidado), com recurso a quatro indivíduos assessores de olfatometria e cujos resultados se encontram dentro dos critérios definidos no *sITE – desvio padrão do limiar de deteção de odor individual estimado* e no *yITE – média do limiar de deteção de odor individual estimado*. Importa ainda referir que a visita técnica do estudo realizado ocorreu no dia 4 de julho de 2024, numa época que pode ser considerada como ótima para a realização da mesma uma vez que ocorre nas condições mais favoráveis à emissão de odores.

O Projeto implementou ainda medida preventiva da emissão de odores, designadamente a pulverização dos resíduos, nomeadamente das embalagens de metal RSU, com produto anti odor com recurso a um vaporizador.

Pelo exposto, foi acrescentado na versão consolidada do EIA, no Capítulo 6, secção 6.4, um impacte associado à "Existência Física do Projeto e Pleno Funcionamento da Unidade Industrial – Emissão de odores", sendo referido o seguinte:

"*Na fase de exploração e devido à presença de vestígios alimentares nas embalagens de metal RSU processadas pelo Projeto, ocorrem por vezes alguns odores. Foi realizado um estudo de emissão de odores, Anexo SH, com recurso a quatro indivíduos assessores de olfatometria e cujos resultados se encontram dentro dos critérios definidos no sITE – desvio padrão do limiar de deteção de odor individual estimado e no yITE – média do limiar de deteção de odor individual estimado.*

De acordo com o estudo elaborado foram obtidos valores de concentração de odores na ordem de 46 UOE/Nm3. A título meramente informativo, e uma vez registada a ausência de valores de referência no ordenamento jurídico nacional, situação que se repete igualmente relativamente a Valores de Emissão Associados às Melhores Técnicas Disponíveis (VEA – MTD), refira-se que o VEA – MTD referente ao tratamento biológico de resíduos é de 200-1000 UOE/Nm3. O valor obtido de 46 UOE/Nm3 é muito inferior ao intervalo mencionado.

Ainda assim, de forma a prevenir a emissão de odores, o Projeto implementou uma medida preventiva, realizando a pulverização dos resíduos, nomeadamente das embalagens de metal RSU, com produto anti odor com recurso a um vaporizador.

Pelo exposto, considera-se que o impacte terá uma magnitude reduzida, provável, de duração temporária e dimensão local. A ocorrência no passado de uma queixa acerca de odores e insetos foi episódica não existindo novas queixas até à data. Ainda assim, e tal como anteriormente referido, não obstante o estudo de odores ter determinado que os mesmos se encontram abaixo dos limiares,

o proponente dotou o projeto de uma nova medida de controlo sobre este aspeto ambiental. Considera-se assim que o impacte será negativo e não significativo."

Relativamente aos mosquitos, e de modo análogo ao efetuado para os odores, fez-se a devida análise relativamente ao fator ambiental Saúde Humana. Importa ainda destacar que entre o momento em que o Pedido de Elementos Adicionais ao EIA foi solicitado e o presente momento o proponente contratualizou uma desinfeção bimestral das *embalagens de metal RSU* de modo a garantir o controlo do aspeto ambiental associado. Este Programa de Controlo de Pragas foi contratado à empresa ANTICIMEX.

Foi assim acrescentado no EIA Consolidado, no Capítulo 6, secção 6.4, um impacte associado à Existência Física do Projeto e Pleno Funcionamento da Unidade Industrial – Proliferação de Dípteros, sendo referido o seguinte:

"Na fase de exploração e devido à presença de vestígios alimentares nas embalagens de metal RSU processadas pelo Projeto, ocorrem por vezes a proliferação de dípteros. As visitas ao local permitiram a observação de mosca da fruta (Drosophila spp.), constituindo este o género mais abundante. Esta proliferação de dípteros ocorre preferencialmente nos meses mais quentes. De forma a prevenir esta situação, o Projeto implementou uma medida preventiva a ocorrer entre os meses de maio e outubro de cada ano (a cada 2 meses), com aplicação de inseticida por pulverização através de uma equipa especializada. A aplicação de inseticida é realizada apenas nas pilhas que contêm embalagens de metal RSU com vestígios alimentares. Embora a presença de moscas e mosquitos possam ter impactes sérios sobre a saúde humana devido à sua capacidade de propagação de microrganismos e de transmissão de vetores de doenças importa mencionar novamente que a espécie de inseto observada localmente nas pilhas de resíduos correspondia maioritariamente à mosca da fruta (Drosophila spp.) e cuja capacidade de transmissão de microrganismos é limitada. Além disso, a quantidade de insetos observados localmente pode ser considerada normal face à tipologia de resíduo tratado. Refira-se ainda que os próprios insetos se limitam espacialmente nas pilhas de resíduo em questão, não se podendo afirmar que existe uma proliferação acentuada para além dos limites do Projeto.

Pelo exposto, considera-se que o impacte tem uma magnitude reduzida, provável, de duração temporária e dimensão local. A ocorrência no passado de uma queixa acerca de odores e insetos foi episódica não existindo novas queixas até à data. Considera-se assim que o impacte será negativo e não significativo."

21. Analisado o plano de monitorização, constante do ponto 9 do RS e atendendo à existência de queixas prévias (referidas no ponto anterior), deve ser apresentada solução para

prevenir a proliferação de dípteros, culicídeos e outras pragas, os quais podem ser potenciais vetores de doenças;

O Projeto implementou recentemente um Programa de Controlo de Pragas, contratado à empresa Anticimex que visa tratar e controlar insetos voadores no local do Projeto. Este plano poderá incluir uma ou mais combinações de soluções, passando estas pela utilização de inseticidas, inseto caçadores ou armadilhas atrativas. Este plano será colocado em ação durante os meses em que existem mais insetos, entre maio e outubro de cada ano.

O ANEXO 21 apresenta a proposta técnica de Controlo de Pragas.

22. Apresentar soluções para prevenir os maus cheiros referidos nas queixas.

O Projeto encontra-se a implementar uma medida preventiva de emissão de odores, através do recurso à pulverização dos resíduos, nomeadamente das embalagens de metal RSU, com um produto anti odor com recurso a um vaporizador dedicado (Marca Cannoni-Conrad / Modelo Cannon Phoenix Power Mod. PHXI4-W). O proponente efetuou a encomenda deste equipamento no dia 4 de julho de 2024 (ver ANEXO EQ do EIA consolidado com a fatura proforma de compra do equipamento e documento de confirmação de encomenda) encontrando-se prevista a entrega do mesmo para o mês de setembro de 2024. O equipamento adquirido contempla também um kit anti odor que será aplicado com o equipamento adquirido.

23. De referir que deve ser demonstrado que o projeto salvaguarda os seguintes aspetos:

- **Nos balneários, instalações sanitárias e copa, todos os lavatórios deverão possuir doseadores de toalhetes individuais e de sabonete líquido, próximos aos mesmos;**
- **Todos os produtos/equipamentos de limpeza e higienização, devem estar acondicionados em local ou armário próprio para o efeito;**
- **As instalações devem estar dotadas com caixa de primeiros socorros, as quais devem estar devidamente sinalizadas e equipadas de acordo com a Informação Técnica n.º 01/2010, atualizada a 26/11/2021;**
- **Nas instalações destinadas aos trabalhadores, os cacifos devem estar devidamente identificados por trabalhador;**
- **Deve ser garantida a ventilação e renovação do ar da instalação sanitária localizada na portaria;**
- **Deverá ser assumido que na atividade diária devem as instalações ser mantidas em bom estado de arrumação, conservação e limpeza.**

As imagens seguintes têm como objetivo demostrar que o Projeto salvaguardar os aspetos mencionados.






Figura 1: Lavatórios com doseadores de toalhetes individuais e de sabonete líquido



Figura 2: Cacifos devidamente identificados por trabalhador



Figura 3: Caixa de primeiros socorros



Figura 4: Bom estado de arrumação, conservação e limpeza



Figura 5: Ventilação e renovação do ar da instalação sanitária localizada na portaria

2.5. Análise de Riscos

24. O fator ambiental Riscos tem de ser tratado em capítulo próprio, de modo a ser possível aferir os impactes do projeto no ambiente, bem como os riscos do ambiente sobre o projeto. Deverá ainda ser integrada na análise os documentos de referência a nível local, regional e nacional, por exemplo, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Mangualde (PMEPC) e o constante da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes.

Na versão consolidada do EIA foi adicionado no capítulo 4 o subcapítulo 4.16 Análise de riscos referente ao estado atual do ambiente.

"4.16. Análise de riscos

4.16.1. Introdução

A análise de riscos compreende a análise do risco ambiental referente ao Projeto e assenta na análise do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mangualde (PMEPCM), em recolha bibliográfica, bem como na análise pericial da equipa envolvida.

Assim, a presente análise desenvolve-se para as situações extremas de efeitos negativos e incertos.

4.16.2. Enquadramento metodológico

O risco resulta da probabilidade de ocorrência de um determinado acontecimento indesejado pelo efeito que pode causar numa dada estrutura ou população. Por consequência, em processos de

análise de risco primeiro são identificados os perigos, e depois, avaliados os riscos dos perigos identificados, tendo em atenção a probabilidade de ocorrência desses perigos e a severidade dos danos que esse evento pode causar.

A avaliação de risco conduz ao estabelecimento de prioridades consoante escalas, definidas normalmente por métodos simples - através de uma matriz que emprega conjuntamente a classificação quanto à probabilidade de ocorrência dos perigos com a classificação quanto à severidade das suas consequências.

A análise de risco tem como objetivo identificar os incidentes passíveis de gerar impactes no ambiente e a qualificar, comparar e hierarquizar os riscos a eles associados para as atividades significativas inerentes a cada fase do Projeto, permitindo, naturalmente, elencar as medidas de minimização correspondentes.

Importa evidenciar que a análise realizada incidiu sobre os riscos implícitos no PMEPCM.

4.16.3. Análise de riscos enquadrada no PMEPCM

A avaliação de risco segundo o PMEPCM tem em conta os riscos naturais, mistos e tecnológicos. Os riscos naturais resultam do funcionamento dos sistemas naturais, os riscos mistos resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais e os riscos tecnológicos resultam de acidentes frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana.

A Tabela 5.53 apresenta a listagem dos vários tipos de riscos existentes e avaliados pelo PMEPCM.

Tabela 5.53: Listagem dos vários tipos de riscos existentes e avaliados pelo PMEPCM

Riscos Naturais	Riscos mistos	Riscos tecnológicos
▪ Sismos ▪ Movimentos de massa ▪ Cheias e inundações ▪ Secas ▪ Ondas de calor ▪ Ventos Fortes, Ciclones/Tornados ▪ Vagas de Frio	▪ Incêndios rurais	▪ Incêndios urbanos ▪ Acidentes rodoviários ▪ Acidentes industriais ▪ Acidentes ferroviários ▪ Pandemias

O PMEPCM permite tipificar os riscos, definir as medidas de prevenção a adotar, identificar os meios e recursos mobilizáveis em situação de acidente grave ou catástrofe entre outras.

De forma a representar os riscos no enquadramento do Projeto será tido em conta a suscetibilidade de cada um dos riscos. A suscetibilidade determina a Incidência espacial do perigo. Representa a propensão para uma área ser afetada por um determinado perigo, em tempo indeterminado, sendo avaliada através dos fatores de predisposição para a ocorrência dos processos ou ações, não contemplando o seu período de retorno ou a probabilidade de ocorrência.

4.16.3.1. Riscos Naturais – PMEPCM

4.16.3.1.1. Movimentos de massa em vertente

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) define o movimento de vertentes como o "movimiento de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior. Incluem Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos), Deslizamentos (Escorregamentos), Expansões Laterais e Fluxos (Escoadas). Os movimentos de vertente em Portugal são geralmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica." O local onde se encontra o Projeto apresenta uma suscetibilidade em geral nula relativamente aos movimentos de massa. Na área envolvente a suscetibilidade classifica-se como baixa a moderada em relação aos movimentos de massa.

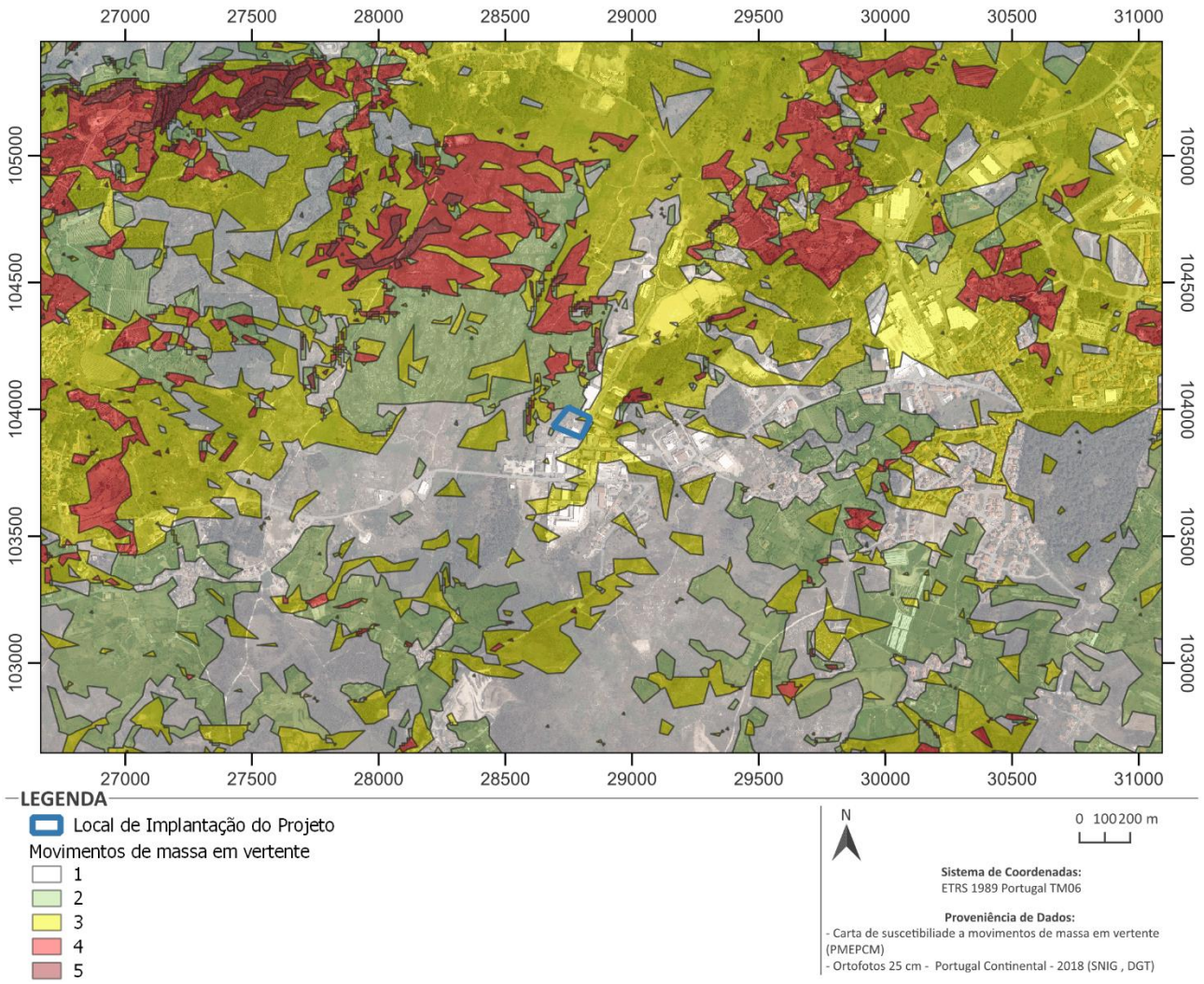


Figura 4.105: Excerto da carta de suscetibilidade de movimentos de massa do PMEPCM

4.16.3.1.2. Cheias e inundações

A cheia é a elevação temporária do nível da água em um canal de drenagem em consequência do aumento da vazão ou descarga. Por sua vez, a inundação consiste no processo de transbordo das

águas num canal de drenagem para as áreas marginais ou planícies de inundação quando a enchente atinge cotas acima do nível máximo do leito do rio.

A área de implantação do Projeto, segundo a carta de suscetibilidade a cheias e inundações não apresenta qualquer risco (Figura 4.106).

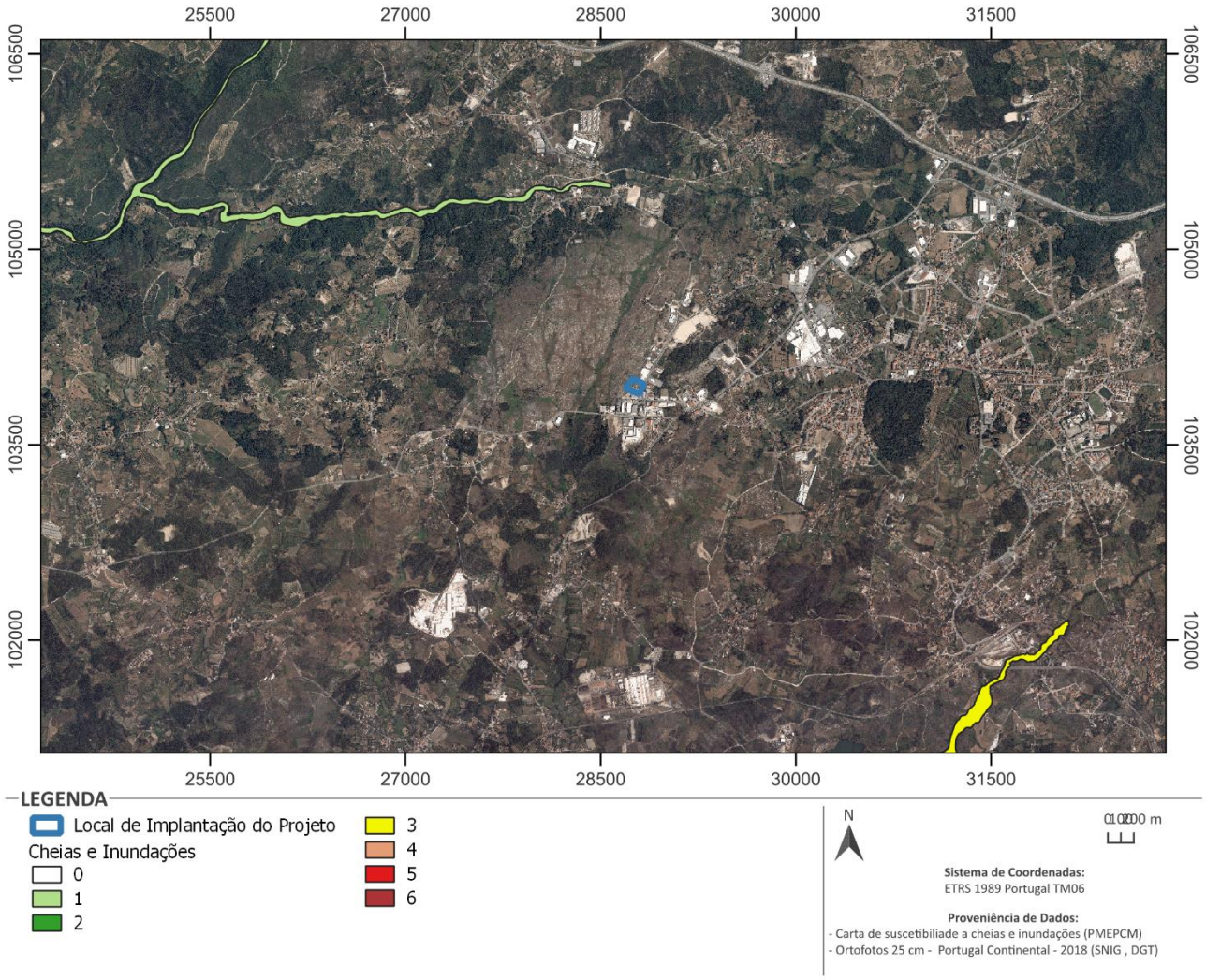


Figura 4.106: Excerto da carta de cheias e inundações do PMEPCM

4.16.3.1.3. Sismos

Tal como é referido no capítulo 4.4, a área do Projeto insere-se numa zona de grau VI, segundo o mapa de Intensidade sísmica máxima observada a Portugal Continental, à escala de Mercalli modificada. Em Portugal Continental a Intensidade Sísmica Máxima observada varia entre grau V e grau X, correspondendo a sismos classificados como "forte e destruidor", respetivamente.

De acordo com a referida escala, os sismos de grau VI são classificados como bastante fortes, sendo sentidos por todas as pessoas e podendo causar danos nas construções.

De acordo com o Decreto-Lei 235/1983, de 31 de maio, que aprova o regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, que segundo o artigo 28º classifica a zona sísmica

como C, correspondente a uma zona de sismicidade intermédia baixa das quatro que Portugal Continental apresenta.

A Figura 4.107 apresenta a carta de suscetibilidade a sismos para a área de implantação do Projeto, tal como se pode verificar a área em questão apresenta uma suscetibilidade média.

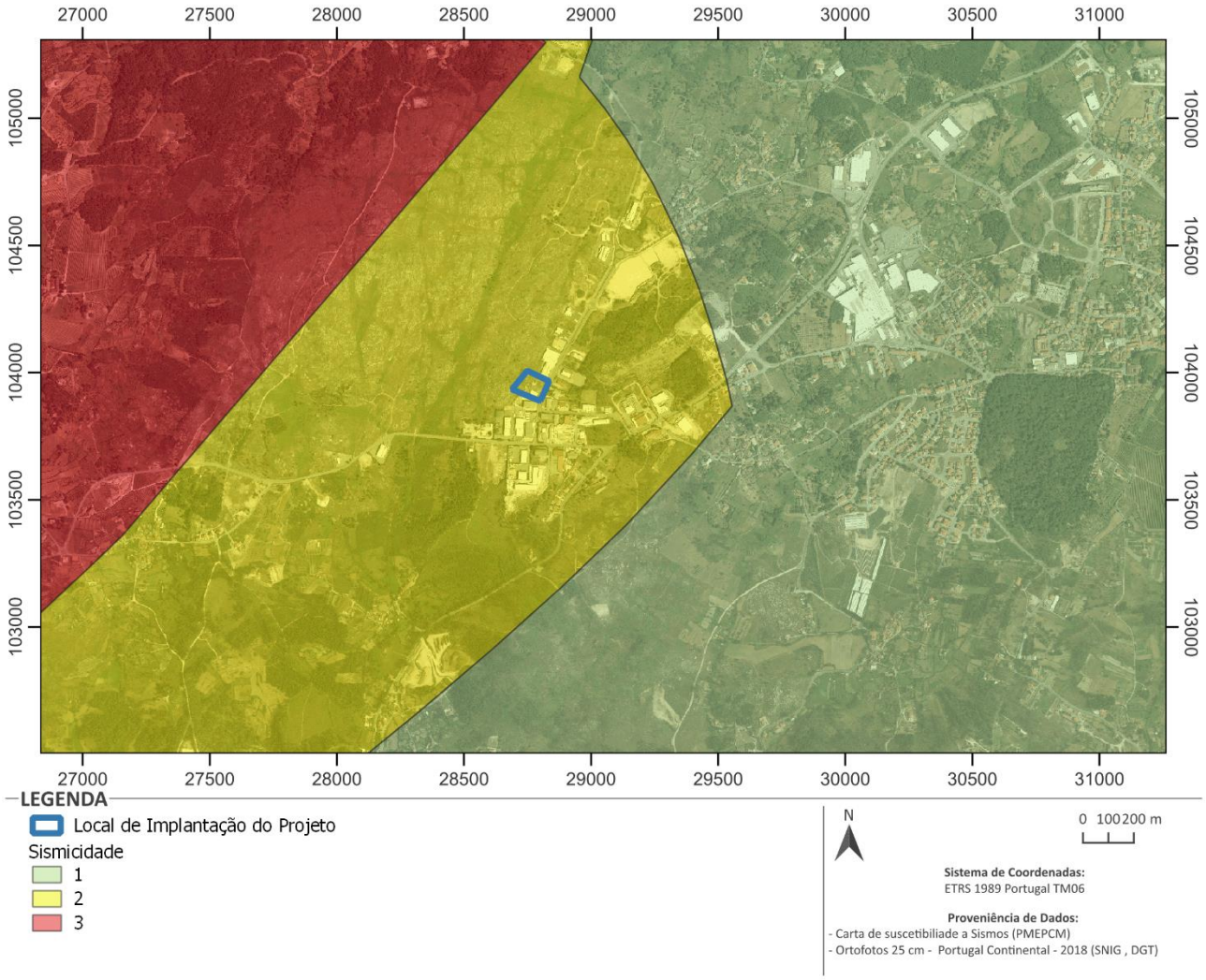


Figura 4.107: Excerto da carta de suscetibilidade a sismos do PMEPCM

4.16.3.1.4. Ondas de calor

As ondas de calor podem ocorrer em qualquer altura do ano, no entanto são mais notórias e sentidas quando ocorrem nos meses de verão (junho, julho e agosto) pelos impactos que provocam. Considera-se que existe uma onda de calor, quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima diária é superior em 5ºC ao valor médio diário no período de referência.

Na Figura 4.108 é apresentada a carta de suscetibilidade de ondas de calor, que permite classificar a área de implantação do Projeto como tendo uma suscetibilidade intermédia.

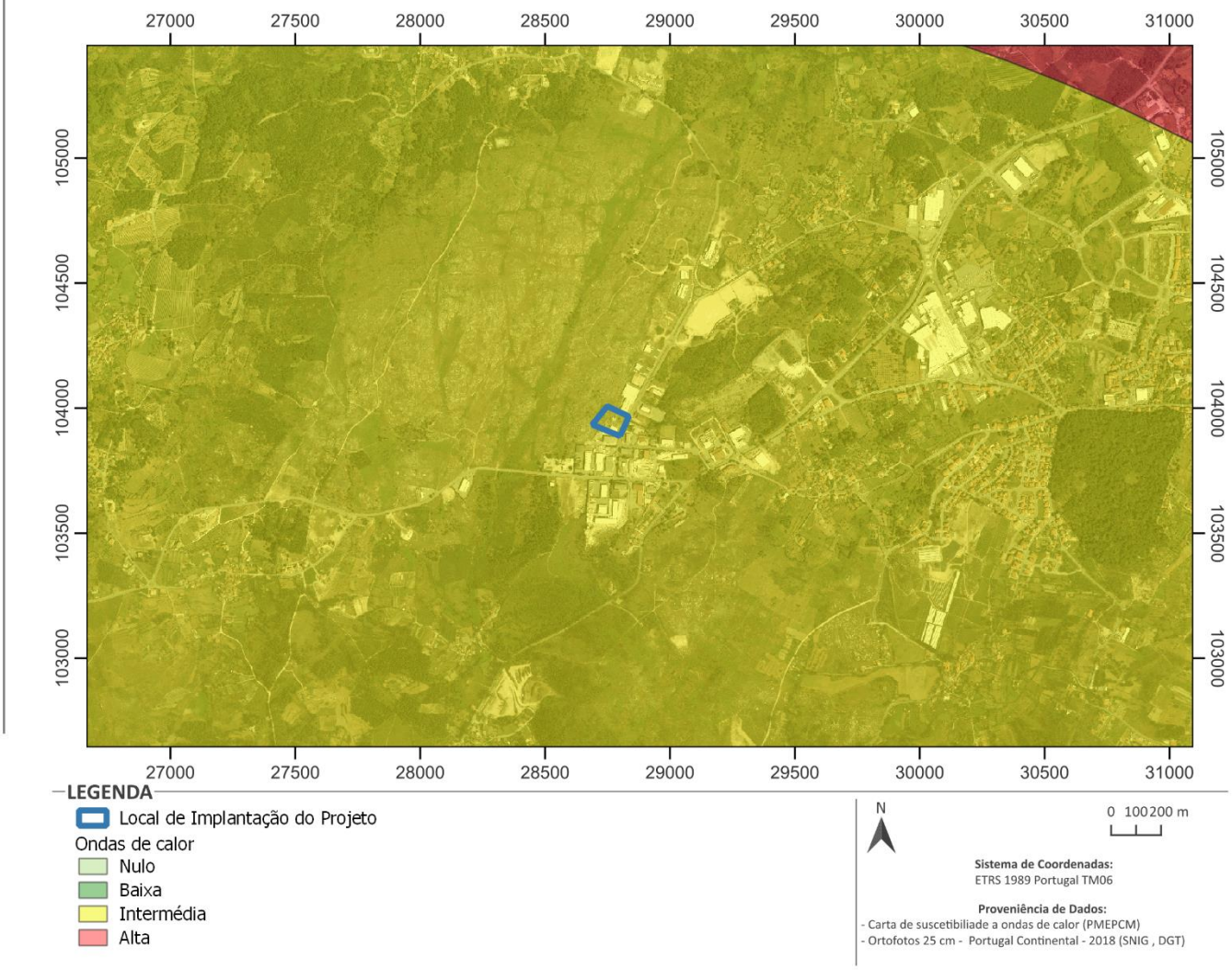


Figura 4.108: Excerto da carta de suscetibilidade a ondas de calor do PMEPCM

4.16.3.1.5. Ondas de frio

As ondas de frio são produzidas por uma massa de ar frio e geralmente seco que se desenvolve sobre uma área continental. Considera-se onda de frio sempre que, pelo menos em seis dias consecutivos, a temperatura mínima do ar seja inferior em 5.ºC, ou mais, ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência.

O Projeto localiza-se numa área de intensidade intermédia no que a onda de frio diz respeito (Figura 4.109).

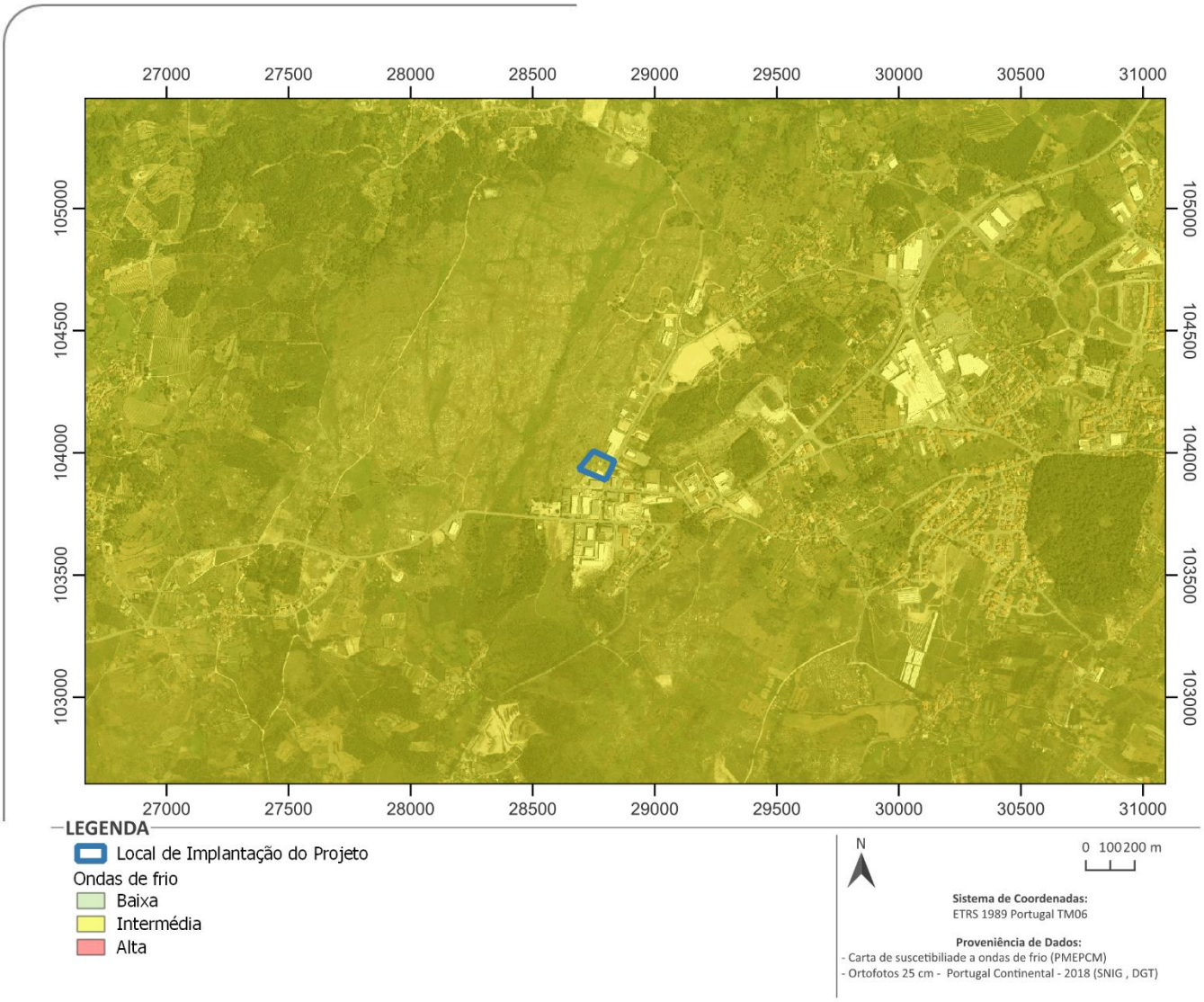


Figura 4.109: Excerto da carta de suscetibilidade a ondas de frio do PMEPCM

4.16.3.2. Riscos Mistos – PMEPCM

4.16.3.2.1. Incêndios Rurais

Os incêndios rurais desenvolvem-se na natureza e para propagarem-se dependem fortemente de fatores naturais. A intervenção humana pode desempenhar um papel decisivo na sua origem e na limitação do seu desenvolvimento. A importância da ação humana nestes fenómenos distingue os incêndios rurais das restantes catástrofes naturais.

A propagação de um incêndio pode ocorrer pela superfície do terreno, pelas copas das árvores e através da manta morta e depende das condições meteorológicas (direção e intensidade do vento, humidade relativa do ar, temperatura), do grau de secura e do tipo do coberto vegetal, orografia do terreno, acessibilidades ao local do incêndio, etc.

As causas são na sua grande maioria de origem humana, quer por negligência e acidente (queimadas, queima de lixos, lançamento de foguetes, cigarros mal apagados, linhas elétricas, etc), quer intencionalmente.

O local onde o Projeto está implantado não apresenta suscetibilidade à ocorrência de incêndios rurais, no entanto na proximidade existe uma área com suscetibilidade bastante alta (Figura 4.110).

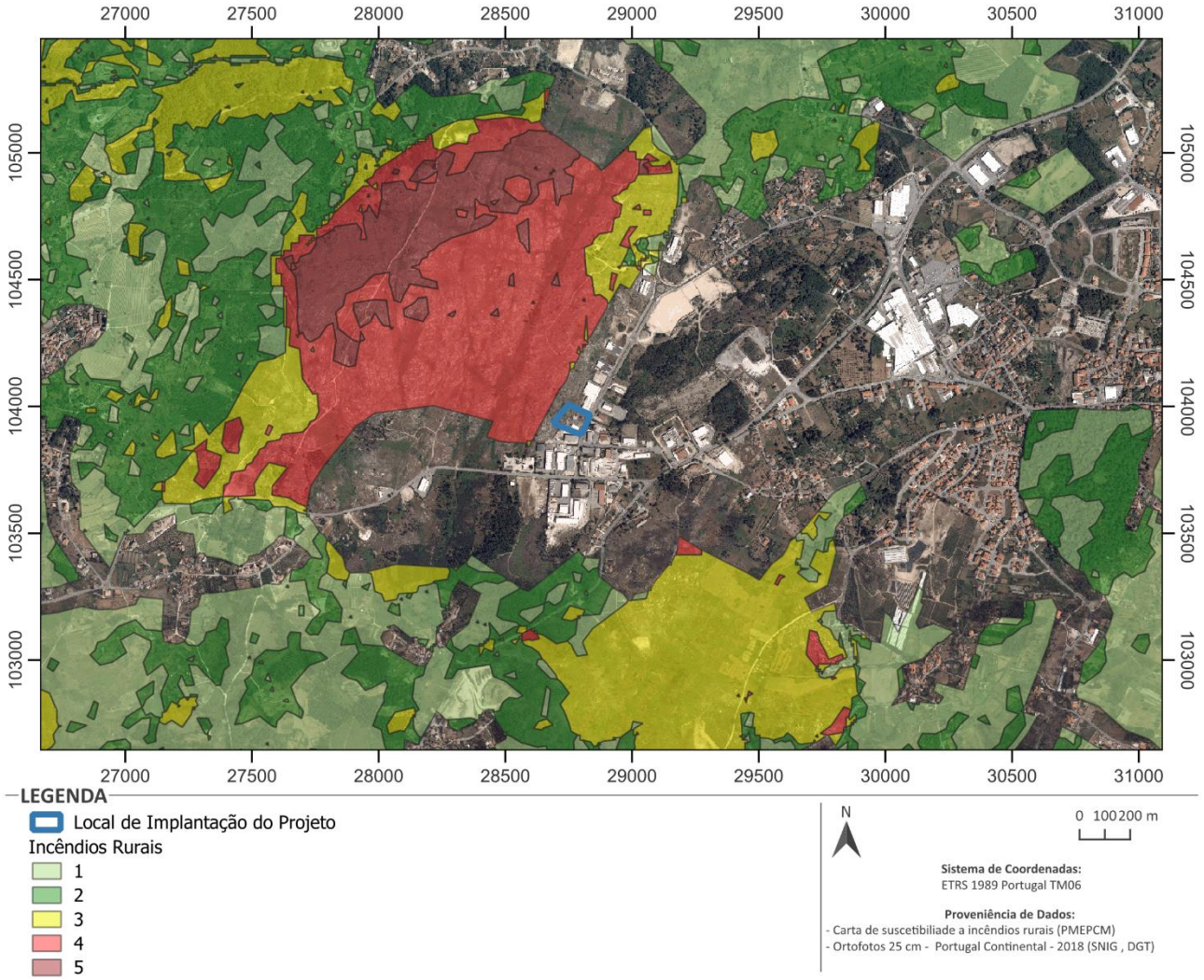


Figura 4.110: Excerto da carta de suscetibilidade a incêndios rurais do PMEPCM

4.16.3.3. Riscos tecnológicos – PMEPCM

4.16.3.3.1. Incêndios urbanos

Os incêndios urbanos constituem um risco no âmbito da proteção civil por serem eventos com potencial para causar danos significativos na população, edifícios e infraestruturas.

Em Portugal as principais áreas com maior suscetibilidade à ocorrência de incêndios urbanos correspondem aos principais aglomerados habitacionais. O grau de suscetibilidade destes aglomerados é diferente consoante a tipologia de edifícios e quantidade de residentes, destacando-se, pela sua especificidade os principais centros históricos. No caso dos incêndios urbanos considera-se que os principais elementos expostos são os próprios edifícios afetados pelo incêndio e a respetiva população residente. Desta forma, destacam-se os principais aglomerados habitacionais com grau de suscetibilidade elevado já referidos no capítulo anterior. Refira-se ainda

que nestes aglomerados incluem-se algumas instalações de agentes de proteção civil (bombeiros, forças de segurança, hospitais, etc.).

Na Figura 4.111 é apresentada carta de suscetibilidade a incêndios urbanos, que permite classificar a área de implantação do Projeto como tens uma suscetibilidade baixa.

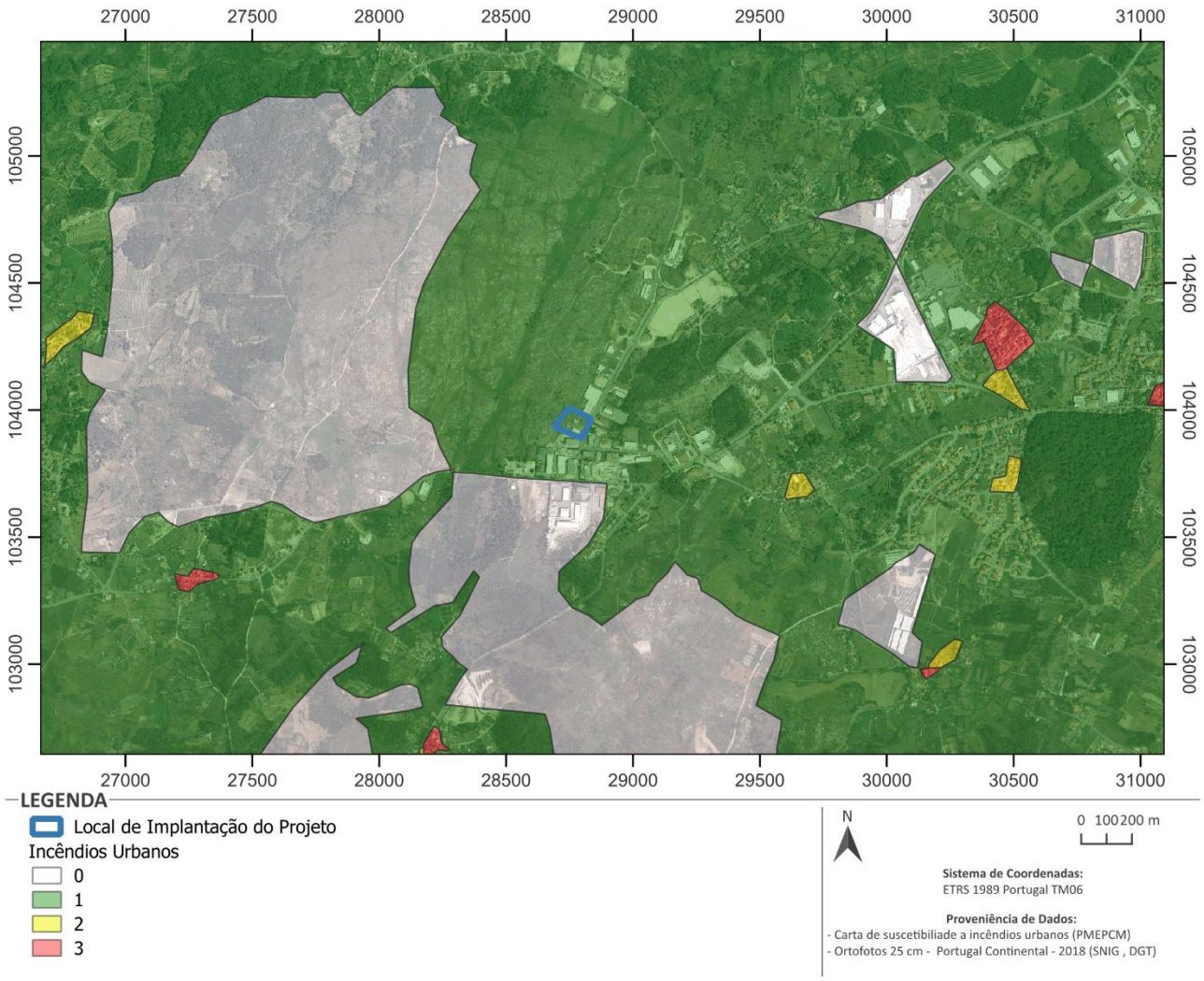


Figura 4.111: Excerto da carta de suscetibilidade a incêndios urbanos do PMEPCM

4.16.3.3.2. Acidentes rodoviários

A incidência de acidentes rodoviários, para além dos fatores relacionados com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam. Os tipos de acidentes mais gravosos são principalmente os choques em cadeia, merecendo também destaque os acidentes entre veículos (sobretudo veículos de transporte coletivo de passageiros) e composições ferroviárias (comboios ou metro de superfície).

A análise de risco de acidentes rodoviários engloba a identificação da localização do risco e uma breve caracterização da ocorrência-tipo. Na identificação da localização do risco descreve-se a

distribuição geográfica da suscetibilidade e identificam-se os principais elementos expostos. Na caracterização da ocorrência-tipo (situação exemplificativa da manifestação do risco), apresenta-se uma breve descrição da mesma e a sua avaliação no que se refere aos graus de probabilidade, de gravidade e de risco.

O Projeto situa-se numa via que não apresenta classificação, no entanto na proximidade as vias com classificação, apresentam baixa suscetibilidade a acidentes rodoviários.

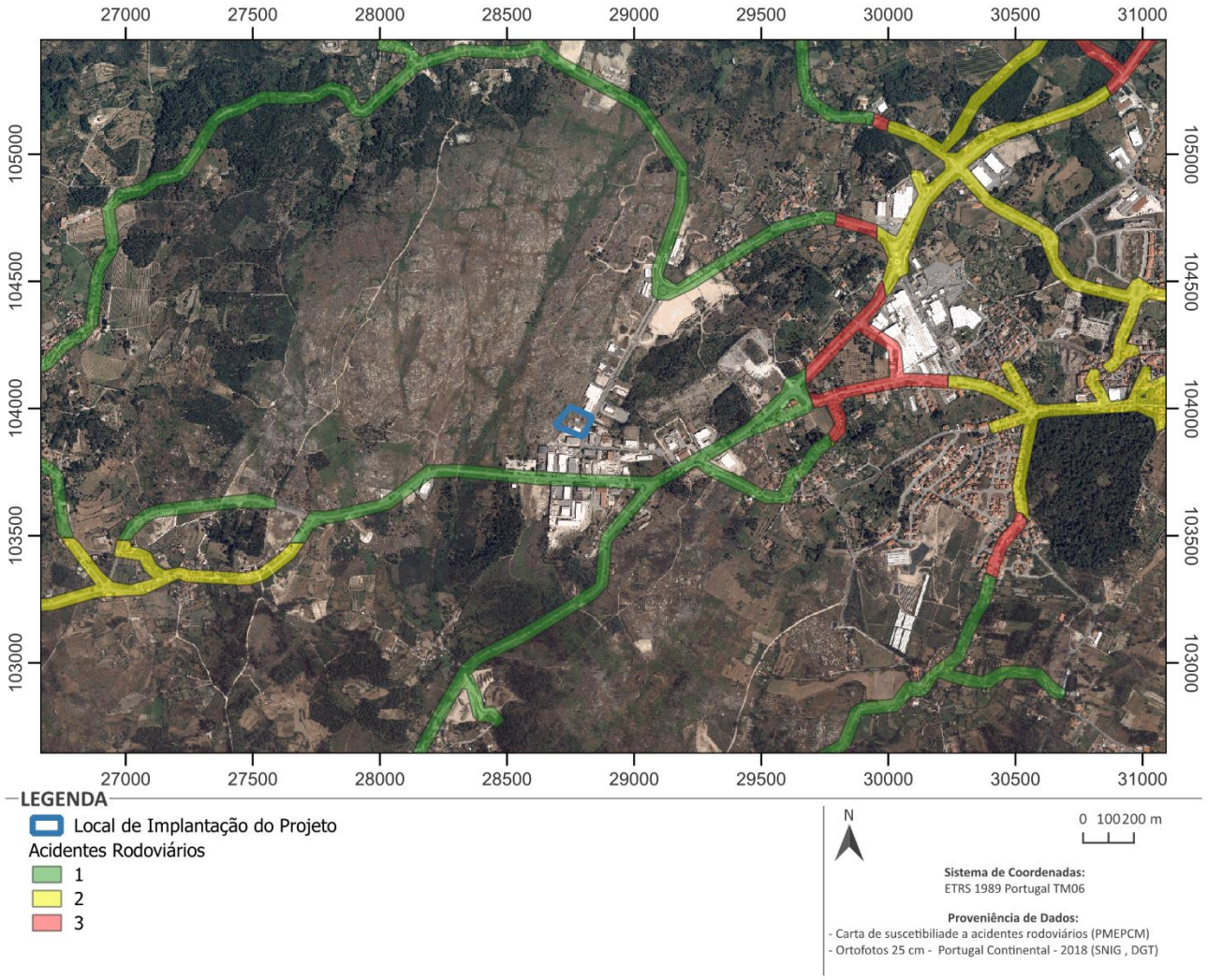


Figura 4.112: Excerto da carta de suscetibilidade a acidentes rodoviários do PMEPCM

4.16.3.3.3. Acidentes Industriais

Os acidentes industriais graves envolvem em geral substâncias perigosas apresentando uma particular importância no domínio da proteção civil devido ao seu potencial para provocar danos críticos na população, ambiente e património edificado. Estes tipos de acidentes ocorrem essencialmente em estabelecimentos que lidam com este tipo de substâncias em grandes quantidades. Estes estabelecimentos são designados habitualmente por “estabelecimentos Seveso” (por estarem abrangidos pelo regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015), e

distinguem-se pelo seu nível de perigosidade, destacando-se os de nível superior como aqueles que se apresentam um grau de suscetibilidade elevado.

No caso de acidentes envolvendo substâncias perigosas considera-se que os principais elementos expostos são os próprios “estabelecimentos Seveso”, e todos os que se localizem num raio de 2 km, incluindo os aglomerados habitacionais e as principais vias rodoviárias e ferroviárias.

A Diretiva-Seveso aplica-se a mais de 10000 indústrias da União Europeia onde substâncias perigosas são usadas ou armazenadas em grandes quantidades, principalmente nos setores químico, petroquímico, logístico e refinação de metais.

Em Portugal, o Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, aplica-se a todos os estabelecimentos onde estejam presentes determinadas substâncias perigosas, em quantidades iguais ou superiores às indicadas no Anexo I. Este anexo inclui todas as substâncias perigosas incluídas nas categorias de perigo que deverão ser consideradas. No município de Mangualde não existe indústrias classificadas como Seveso.

Segundo a carta de suscetibilidade a acidentes industriais a área de implantação do Projeto é classificada como alta, no entanto não apresenta qualquer indústria Seveso nas proximidades.

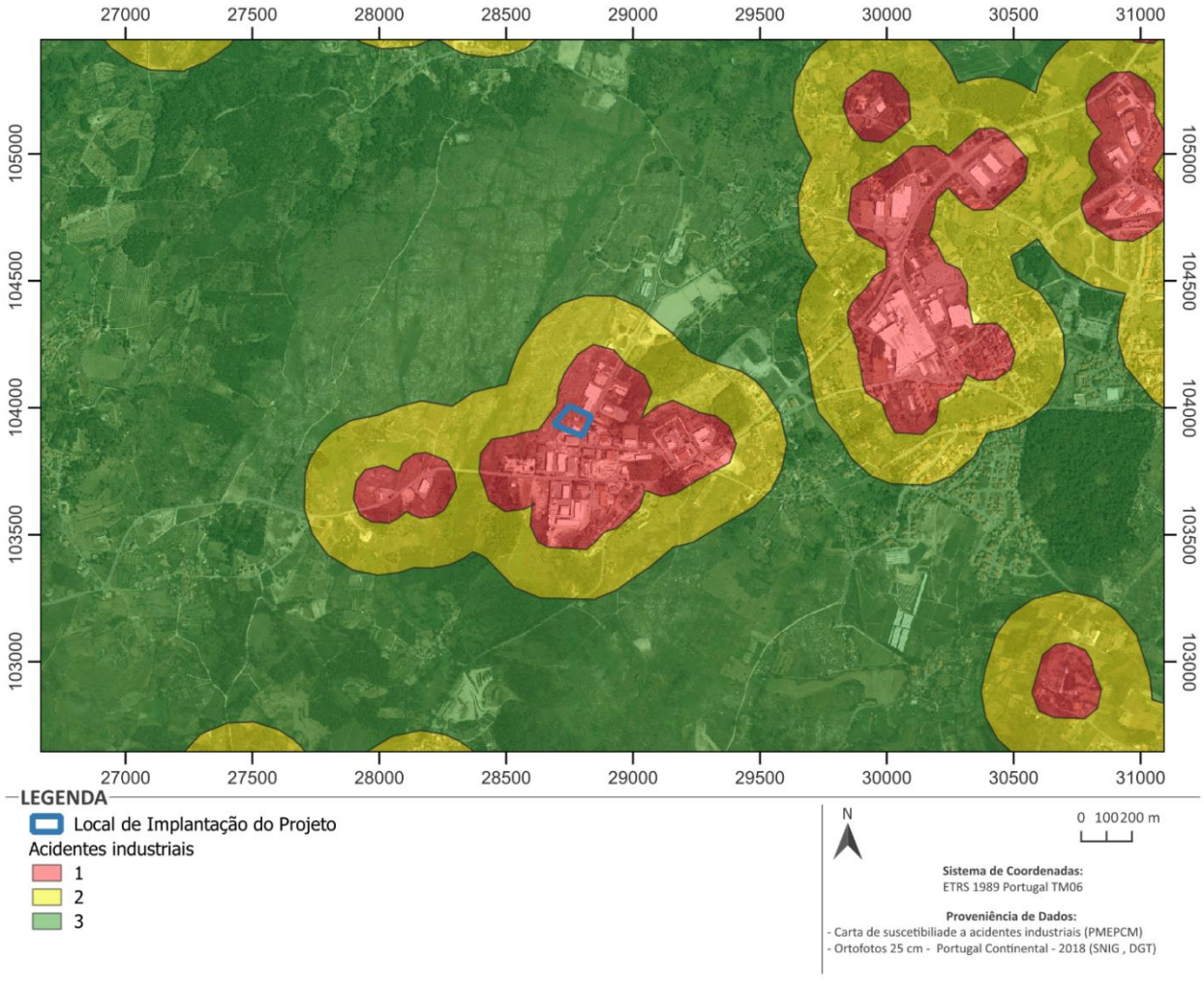


Figura 4.113: Excerto da carta de suscetibilidade a acidentes industriais do PMEPCM”

Foi ainda adicionado no capítulo 6, o subcapítulo 6.17 Análise de risco, referente à identificação e avaliação dos impactes ambientais do Projeto.

"6.17. Análise de Riscos

6.17.1. Aspetos ambientais

O Projeto em avaliação corresponde ao aumento da capacidade produtiva deste pela instalação de uma fragmentadora.

Foram identificados os riscos para as fases de exploração e desativação do Projeto, sendo alguns desses riscos comuns às diferentes fases, e podendo cada um deles ser imputado a causas externas ou internas ao Projeto. Salienta-se que apenas serão referidos os riscos relevantes na área de estudo.

- Fase de exploração e desativação
- Ocorrência de fenómenos naturais - sismos, ondas de calor e ondas de frio (causas externas);
- Ocorrência de riscos misto: incêndios rurais (causas externas);
- Ocorrência de incêndios urbanos e acidentes industriais (causas externas);

6.17.2. Fase de exploração e desativação

6.17.2.1. Ocorrência de fenómenos naturais

6.17.2.1.1. Sismos

A área do Projeto insere-se numa zona de grau VI, segundo o mapa de Intensidade sísmica máxima observada em Portugal Continental, à escala de Mercalli modificada. De acordo com a referida escala, os sismos de grau VI são classificados como bastante fortes, sendo sentidos por todas as pessoas e podendo causar danos nas construções.

De acordo com o Decreto-Lei 235/1983, de 31 de maio, que aprova o regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, que segundo o artigo 28º classifica a zona sísmica como C, correspondente a uma zona de sismicidade intermédia baixa das quatro de Portugal Continental.

O Projeto não tem implicações na ocorrência de sismos, no entanto a ocorrência de sismos pode levar à rotura de estruturas e graves danos materiais, ambientais e na saúde humana, podendo ocorrer mortes. Segundo o PMEPCM a área em questão apresenta suscetibilidade intermédia, no entanto dado o histórico local considera-se o impacte como não significativo.

6.17.2.1.2. Ondas de calor

As ondas de calor para a área de implantação do Projeto ocorrem essencialmente durante os meses de verão, de junho a setembro, no entanto estas têm sido cada vez mais frequentes em Portugal

nos últimos anos. Os períodos de ondas de calor podem provocar danos na saúde humana, estando sempre mais suscetíveis os idosos e as crianças.

Segundo a carta de suscetibilidade às ondas de calor do PMEPCM, a área de implantação do Projeto apresenta suscetibilidade intermédia, no entanto o Projeto não apresenta implicações na ocorrência de ondas de calor.

Considera-se assim que os impactes são classificados como não significativos.

6.17.2.1.3. Ondas de frio

As ondas de frio para a área de implantação do Projeto ocorrem essencialmente durante os meses de inverno. Os períodos de ondas de frio extremo podem provocar danos na saúde humana, estando sempre mais suscetíveis os idosos e as crianças.

Segundo a carta de suscetibilidade às ondas de frio do PMEPCM, a área de implantação do Projeto apresenta suscetibilidade intermédia, no entanto o Projeto não apresenta implicações na ocorrência de ondas de frio.

Considera-se assim que os impactes são classificados como não significativos.

6.17.2.2. Ocorrência de riscos mistos

6.17.2.2.1. Incêndios rurais

O risco de incêndio rural deve ser sempre analisado, principalmente em zonas de ambiente rural e com vegetação. A área envolvente ao Projeto encontra-se segundo a carta de risco de incendio rural classificada com o risco alto.

No entanto, apesar de ter um risco alto, o Projeto apresenta equipamentos e instalações dotadas de todos os instrumentos de deteção e combate a incêndios. Além disso verifica-se a ocorrência de uma faixa com baixa vegetação nos limites do Projeto. Considera-se que o Projeto não apresenta um risco significativo para incêndios rurais.

6.17.2.3. Ocorrência de riscos tecnológicos

6.17.2.3.1. Incêndios urbanos

Relativamente aos incêndios urbanos, tendo em atenção o local de implantação do Projeto e que a sua envolvência é essencialmente vegetal verifica-se que a suscetibilidade é considerada baixa.

A ocorrência de incêndios urbanos poderia acarretar danos graves para a saúde humana, e danos materiais.

Considera-se assim que a ocorrência é pouco provável, a magnitude será reduzida e o impacte apesar de ser negativo é não significativo.

6.17.2.3.2. Acidentes industriais

Em relação aos acidentes industriais e tendo em atenção que o Projeto em questão não utiliza nem acumula substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas no Anexo I do

Decreto-lei n.º 150/2015 este não é classificado como indústria Seveso, o que por si só baixa o risco que este pode implicar para o ambiente. Apesar do Projeto estar implantado numa área que se classifica com suscetibilidade alta a acidentes industriais, por se situar numa zona industrial, entende-se que dado a natureza da sua atividade a ocorrência é pouco provável, a magnitude será reduzida e o impacte apesar de ser negativo é não significativo."

Por último, foi acrescentado no capítulo 8, subcapítulo 8.16 Análise de riscos, referente às medidas de mitigação para reduzir ou compensar os impactes negativos e para potenciar os eventuais impactes positivos.

"8.16. Análise de Riscos

8.16.1. Fase de construção

Não aplicável.

8.16.2. Fase de exploração

- Garantir a manutenção dos equipamentos de segurança na área do Projeto; e,
- Ter um plano de contingência, desativação e evacuação em caso de incidente.

8.16.3. Fase de desativação

- Definir e implementar um Plano de Emergência; e,
- Definir e implementar um Plano de Segurança e Saúde"

Relatório de Ensaio 53229/24-Q

Valter Valente Gestão de Resíduos, Lda
Zona Industrial de Arada
3885-83 ARADA

L0349
ISO/IEC 17025
Ensaios

Original V1

Recepção: 09/05/2024 Período dos ensaios: 09/05/2024 a 05/06/2024 Data de emissão: 05/06/2024
Natureza da Amostra: Agua Residual Industrial
Destinatário: Fábrica de Mangualde
Origem: Separador de Hidrocarbonetos
Colheita: Biogerm Manual Pontual Método: PE-DSQ-10/V20 *
Data: 09/05/2024 11:16:39
Transporte: Biogerm - Refrigerado
Local: Zona industrial do Salgueiro, Lote 17; 3530-259 Mangualde
Ponto de Colheita: Última caixa após separador de hidrocarbonetos
Observações:

Análise Fisico-Química

	Parâmetros analisados	Norma/método	Resultado	a) INC	VLE
S	pH (Unidades de pH)	IT-DLQ-07/V04	6,6 a 21ºC	± 0.2	6,0-9,0
S	Carência Química de Oxigénio (mg/L O_2)	IT-DLQ-86/V02	<16		150
S	Sólidos suspensos totais (mg/L)	IT-DLQ-10/V04	20	± 11%	60
S	Hidrocarbonetos totais (mg/L)	IT-DLQ-108/V03	<3		15
S	Carbono orgânico total (mg/L C)	W-TOC-IR**	7,16		
S	PFOA+PFOS (µg/L)	W-PFCLMS03**	0,0431		
S	Níquel (mg/L Ni)	IT-DLQ-96/V02;IT-DLQ-100/V04	<0,2		2,0
S	Chumbo (mg/L Pb)	IT-DLQ-96/V02;IT-DLQ-100/V04	<0,2		1,0
S	Cobre (mg/L Cu)	IT-DLQ-96/V02;IT-DLQ-100/V04	<0,2		1,0
S	Crómio (mg/L Cr)	IT-DLQ-113/V06;IT-DLQ-115/V01	0,011	± 16%	2,0
S	Mercúrio (mg/L Hg)	W-HG-AFSDGL**	0,138		0,05
S	Cádmio (mg/L Cd)	IT-DLQ-113/V06;IT-DLQ-115/V01	0,001	± 16%	0,2
S	Zinco (mg/L Zn)	IT-DLQ-113/V06;IT-DLQ-115/V01	0,3	± 18%	2,0
S	Arsénio (mg/L As)	IT-DLQ-113/V06;IT-DLQ-115/V01	0,003	± 16%	0,05

VLE = Valor Limite Emissão, segundo o Anexo XVIII do Decreto-lei 236/98 de 1 de Agosto.

Abreviaturas: U- Incerteza expandida; NA-Não aplicável; LQ-Limite quantificação; LD-Limite deteção; IT-Instrução de trabalho; DLQ-"Direção Laboratório Química; ETAR-Estação Tratamento Águas Residuais; VLE-Valor Limite de Emissão; "SMEWW-Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater,23ªEd. VLE-Valor Limite de Emissão
Este documento é confidencial. É proibida a reprodução parcial deste boletim analítico. Os resultados analíticos referem-se exclusivamente à amostra analisada e conforme recepcionada quando recolhida pelo cliente. Dados da responsabilidade do cliente estão assinalados em itálico.Ressalva-se que estes dados podem afectar a validade dos resultados. Na declaração de conformidade efectuada não foi contabilizada a incerteza da medição. A declaração de conformidade aplica-se aos parâmetros acreditados.

O ensaio e/ou colheita assinalado com ** foi contratado e é acreditado, fora do âmbito da acreditação da BIOGERM.
O ensaio e/ou colheita assinalado com * não é acreditado. O ensaio e/ou colheita assinalado com *** foi contratado e não é acreditado.
Os resultados expressos sob forma <X são inferiores LQ. Os resultados dados por cálculo que envolvam duas ou mais parcelas, não são considerados para o cálculo o resultado individual de cada parcela se este for <LQ. A metodologia do cálculo pode ser disponibilizada a pedido. INC-Incerteza relativa expandida para um intervalo de confiança de aproximadamente 95% utilizando o factor k=2 para: a) componente analítica; c) componente colheita. Caso a colheita seja realizada pelo laboratório a incerteza da colheita e do ensaio pode ser obtida através da fórmula Ucombinada = 2×RAIZQ((Ucolheitas÷2)² + (Uensaios÷2)²). Este cálculo não é acreditado se ambas componentes não forem acreditadas.

Direção Técnica

Assinado por: **DANIELA SOFIA CARDOSO MARQUES DE BARROS MAGALHÃES**
Num. de Identificação: 11139424
Data: 2024.06.05 16:33:49+01'00'

(P) Sede: Rua da Estrada, 1060 Crestins, Moreira | 4470-600 Maia | Portugal
(S) Sucursal: Rua de Fontiscos, 1475,1º | 4780-470 Santo Tirso
Email: info@biogerm.pt | Tel. +351 229 444 166/7 | Fax: +351 229 444 168
BIOGERM, S.A.
C.R.C. Maia 2226 NIF: 503 265 390
(M) Funchal: Rua do Hospital Velho, 25 | 9060-129 Funchal | Portugal
Email: madeira@biogerm.pt | Tel.: +351 933 196 685

Relatório de Ensaio
53229/24-Q

Valter Valente Gestão de Resíduos, Lda
Zona Industrial de Arada
3885-83 ARADA

IPAC acreditação
L0349
ISO/IEC 17025
Ensaios

Original V1

Parâmetros analisados	Norma/método	Resultado	a) INC	VLE

Observações:

VLE = Valor Limite Emissão, segundo o Anexo XVIII do Decreto-lei 236/98 de 1 de Agosto.

O ensaio e/ou colheita assinalado com ** foi contratado e é acreditado, fora do âmbito da acreditação da BIOGERM.
O ensaio e/ou colheita assinalado com * não é acreditado. O ensaio e/ou colheita assinalado com *** foi contratado e não é acreditado.
Os resultados expressos sob forma <X são inferiores LQ. Os resultados dados por cálculo que envolvam duas ou mais parcelas, não são considerados para o cálculo o resultado individual de cada parcela se este for <LQ. A metodologia do cálculo pode ser disponibilizada a pedido. INC-Incerteza relativa expandida para um intervalo de confiança de aproximadamente 95% utilizando o factor k=2 para: a) componente analítica; c) componente colheita. Caso a colheita seja realizada pelo laboratório a incerteza da colheita e do ensaio pode ser obtida através da fórmula Ucombinada = 2×RAIZQ((Ucolheitas÷2)² + (Uensaios÷2)²). Este cálculo não é acreditado se ambas componentes não forem acreditadas.

(P) Sede: Rua da Estrada, 1060 Crestins, Moreira | 4470-600 Maia | Portugal
(S) Sucursal: Rua de Fontiscos, 1475,1º | 4780-470 Santo Tirso
Email: info@biogerm.pt | Tel. +351 229 444 166/7 | Fax: +351 229 444 168
BIOGERM, S.A.
C.R.C. Maia 2226 NIF: 503 265 390
(M) Funchal: Rua do Hospital Velho, 25 | 9060-129 Funchal | Portugal
Email: madeira@biogerm.pt | Tel.: +351 933 196 685


Anticimex®
Âmbito:
Controlo de Pragas
Anticimex
Valter Valente Gestão de Resíduos, Lda
Proposta Técnica | Ref. 240619155148
19-06-2024
PRESTADOR DE SERVIÇO
DECO PROTESTE
SELECT

1. ANTICIMEX





ANTICIMEX *Na Vanguarda do Controlo de Pragas desde 1934*

Desde a sua fundação na Suécia, em 1934, a Anticimex tem estado na vanguarda do seu setor, oferecendo as melhores soluções em tecnologia e inovação. Atualmente, está presentes em 20 países e conta com a visão de ser **líder global no controlo preventivo de pragas**.

Suécia
Portugal

- **1934** Surgiu em **2013**
- **600M** Faturação **8M**
- **7K** Colaboradores **135**
- **3M** Clientes **10K**

SOLUÇÕES INTEGRADAS

a pensar no seu conforto

- Controlo Preventivo de Pragas
- Desinfeções
- Higiene | Washroom
- Desentupimentos
- HACCP

DE NORTE A SUL

não importa onde esteja



MOD.PSSI.18.R.0004.19.10.2012 (Proposta Controlo de Pragas)
Proposta ref.ª nº 240619155148

Anticimex SMART

CONTROLO DE PRAGAS DIGITAL

Sistema Inteligente de Controlo de Pragas 24/7

A solução Smart utiliza dispositivos de alta tecnologia digital, sensores e câmaras que permitem **controlar a atividade de pragas a todo o momento, reagir imediatamente à infestação e evitar custos dispendiosos e inesperados.**

SOLUÇÕES DIGITAIS

Murídeos: Monitorização e/ou Captura única e múltipla
Locais: Exterior ou Interior | Acima ou Abaixo do Solo

Zonas Técnicas, Tetos Falsos, Quadros Elétricos, Espaços de Difícil Acesso, Corredores Técnicos, Armazéns, Esgotos, etc

Insetos: Monitorização e Captura múltipla
Locais: Interior

Áreas de Produção, Manuseamento de Alimentos, Armazéns, etc

SABER MAIS



Proposta ref. nº 240619155148



TECNOLOGIA

Os nossos técnicos utilizam **um sistema inovador** que permite **controlar digitalmente todas as inspeções realizadas e/ou por realizar**, garantindo assim um acompanhamento rigoroso e eficaz a todos nossos clientes.

Com a utilização deste sistema, **disponibilizamos, em tempo real, toda a informação dos serviços realizados - entre outros documentos** - através do acesso a uma área reservada a clientes.

ÁREA CLIENTE

A Anticimex disponibiliza uma **área online reservada a clientes**, através da qual é possível consultar a seguinte informação:

- Informação de produtos (fichas técnicas, fichas de segurança, autorizações de venda);
- Informação geral dos contratos e tratamentos únicos (serviços contratualizados, periodicidades, etc...);
- Certificados, certidões e apólices da ANTICIMEX (declarações de não dívida, apólices de seguros e recibos de quitação, entre outros);
- Certificados de serviço, Plantas dos locais, Análise de tendências.

NORMAS E LEGISLAÇÃO

Para a **prestação do serviço de gestão de pragas**, a ANTICIMEX tem em consideração os seguintes requisitos legais:

- Reg. Nº 183/2005 de 12/4 – Estabelece Requisitos de Higiene dos Alimentos para Animais;
- Reg. nº 852/2004 de 29 de Abril – Estabelece Regras Gerais destinadas aos operadores das empresas do setor alimentar no que se refere à higiene dos alimentos;
- HACCP/APPC, Guia de boas práticas/códex alimentários, Toda a legislação, normas, boas práticas e guias que contenham indicações relativas ao controlo de pragas.

CERTIFICAÇÕES

A Anticimex Portugal, possui as **certificações** ao nível de requisitos e competências de serviços de gestão de pragas,

EN 16636:2015 (CEPA)

e certificações nas normas

ISO 9001:2015
ISO 14001:2015
ISO 45001:2018 *(Bureau Veritas)*,

o que demonstra a nossa preocupação com a satisfação dos nossos clientes, com o meio ambiente e com a qualidade dos nossos serviços.

A Anticimex é ainda associada da Groquifar, Associação Nacional de Controlo de Pragas Urbanas (ANCPU) e Associação Portuguesa de Facility Services (APFS).

Proposta ref. nº 240619155148

2. PROPOSTA TÉCNICA



PROPOSTA TÉCNICA *O melhor controlo é a prevenção*

ÂMBITO DOS SERVIÇOS

A presente proposta tem como principal objetivo a apresentação de um plano de gestão de pragas com uma estratégia apropriada às instalações, elaborada a partir da realização de uma visita ao local e/ou informações transmitidas pelos responsáveis. Serão ainda considerados outros fatores, como por exemplo, área de negócio do cliente, ações realizadas nas instalações e ambiente onde estão inseridas.

MEMÓRIA DESCRITIVA

No controlo de pragas tem-se vindo a desenvolver uma melhoria na realização dos serviços e para atingir este fim, deve ser dada a prioridade à implementação de medidas preventivas, limitando o uso de biocidas. Sendo uma abordagem ecológica através da redução ou eliminação de biocidas. Esta estratégia procura utilizar uma variedade de métodos complementares que são aplicados em três fases: prevenção, inspeção e aplicação/monitorização.

GARANTIAS

Estão incluídas na prestação de serviços, para as pragas recorrentes, até **garantias anuais**, sem qualquer custo adicional, desde que, realizadas de segunda a sexta-feira entre as 08h e as 18h. Uma vez ultrapassadas as garantias ou no caso de garantias fora do horário acordado, será aplicado um valor de acordo com a tabela de preços.

RELATÓRIOS

Após cada visita é enviado o relatório de serviço com o detalhe da intervenção realizada. Podendo ser sempre consultado no seu portal de Cliente Anticimex.

Pragas a Controlar

Moscas e Mosquitos

Espécies

A Ordem Díptera está presente em quase todos os lugares do planeta terra, constituindo assim uma das maiores ordens de insetos de todo o mundo. A grande parte dos insetos desta ordem diferencia-se dos demais insetos alados por portarem um único par de asas sendo este o par anterior. É considerada como uma das maiores ordens de insetos do mundo, contemplando em torno de 100 famílias descritas e 85 mil espécies notadamente conhecidas.

Riscos para a Saúde

Representam um risco para a saúde dos seres humanos, animais de estimação e animais de criação. Podem propagar doenças através das suas patas microorganismos tais como: Salmonella spp. e E. Coli, no caso das moscas. Os mosquitos podem transmitir vetores de doenças através de uma simples picada, tais como a dengue, febre amarela e malária.

As espécies que se podem encontrar mais facilmente em Portugal são:



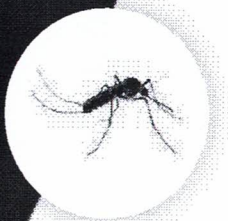
Mosca da Fruta
Drosophila spp.



Mosca Doméstica
Musca domestica



Varejeira
Calliphora vomitoria



Mosquito comum
Culex spp.

MOD.PSS.18.Rev04.18-10-2022 (Proposta Controlo de Pragas)

Proposta ref. nº 240619155148



Moscas e Mosquitos

Metodologia

Um programa de tratamento e controlo de insetos voadores deverá estar de acordo com a situação em causa e adequado às suas necessidades.
O programa poderá incluir uma ou haver combinações das seguintes soluções:

INSETICIDAS

Aplicação de biocidas inseticidas por pulverização, atomização, nebulização a frio ou a quente nas zonas afetadas.
Nota: Quando aplicados em interiores haverá necessidade de cumprir prazos de reentradas.

INSETOCAÇADORES

Colocação de insetocaçadores adequados à atividade e a área de controlo.
Nota: estes equipamentos devem ser colocados nas zonas definidas pelo técnico e devem manter-se 24 h ligados, para que a eficácia seja a desejada.

ARMADILHAS ATRATIVAS

Aquando detetadas moscas da fruta (Drosophila spp.) o serviço poderá ser reforçado com armadilhas atrativas e específicas para a praga em causa.
Nota: As armadilhas são colocadas em locais específicos e definidos pelo técnico e não deverão ser removidas até ao próximo tratamento.



Proposta ref. nº 240619155148

MOD.PSS.18.Rev04.18-10-2022 (Propostas Controlo de Pragas)

Moscas e Mosquitos

Recomendações Gerais

Aquando presença deste tipo de pragas é necessário haver um complemento ao tratamento efetuado, devendo ser sempre seguido, de modo a minimizar focos da presença da atividade da praga em causa, pelo que sugerimos as seguintes.

Para fornecer uma solução de Controlo de Pragas completa para o seu negócio, recomendamos os seguintes procedimentos em complemento ao serviço prestado:

RECOMENDAÇÕES GERAIS

· Manter a higienização em dia e incidir nos locais mais escondidos, dado que os resíduos acumulados nestas zonas fornecem o local ideal para que as moscas depositem os seus ovos ;
· Manter as bancadas e chão livres de resíduos orgânicos acumulados;
· Os lixos devem ter sempre tampa e estarem bem acondicionados, sendo removidos ao final do dia;
· Manter possíveis zonas de acumulação de águas sempre secas;
· Em zonas de acumulação de alimentos em fermentação (frutas e máquinas de sumos/cervejas) devem ser limpas e verificadas diariamente, bem como eliminar as frutas/legumes que possam estar a apodrecer.

3. PLANEAMENTO



Planeamento

Apresentamos o plano de ação previsto para o(s) serviço(s) propostos:

Serviço(s) a prestar:	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Implementação						**X**						
Prestação continuada:												
Baratas												
Ratos												
Moscas e Mosquitos					X	**X**	X	X	X	X		
Formigas												
Inspeções												

Nota: Este planeamento é apenas uma sugestão, consideramos que é nesta janela temporal que existem mais insectos. No entanto poderemos acordar um planeamento de acordo com as vossas necessidades.

4. PROPOSTA FINANCEIRA



Proposta Financeira | **Preço Global**

local: Valente Gestão de Resíduos

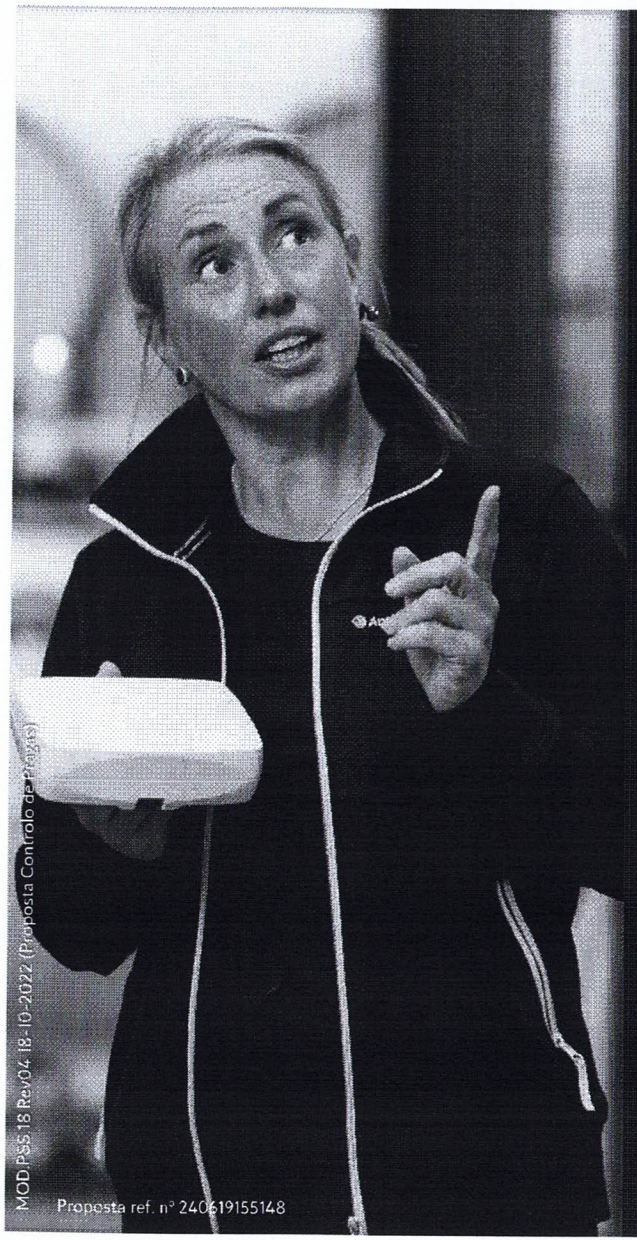
pragas	zona	periodicidade	horário:
moscas e mosquitos	exterior em zona de sucatas	bimestral	entre as 8h e as 18h

Valor anual: 750,00€

visitas extras (para pragas contratualizadas) *			
dias úteis		**sábados**	
das 8h às 18h	**das 18h às 24h**	**das 08h às 18h**	**das 18h às 24h**
35,00 Euros	50,00 Euros	60,00 Euros	80,00 Euros

* períodos de 1h30 por técnico | outros horários sob consulta

Proposta ref. nº 240619155148



Proposta Financeira

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Valores
Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor

Prazo de Manutenção
A proposta é válida por um período de 3 meses

Período de Vigência Contratual
O contrato é válido de 01-06-2024 a 31-05-2026, com renovação automática por periodos iguais

Periodicidade da Fatura
Faturação emitida no inicio do periodo (antecipada) com uma periodicidade bimestral

Condições de Pagamento
As quantias devidas pela entidade adjudicante deverão ser pagas no prazo de 30 Dias após receção da fatura

Faturação Eletrónica
Caso não adira à faturação eletrónica, será acrescido 1€ por fatura emitida ao valor desta proposta

Condições Gerais

Primeira: O cliente confia à ANTICIMEX o(s) serviço(s) descritos no presente Contrato. Para o efeito, o Cliente dará acesso às instalações e a todos os locais necessários para realização dos serviços contratados. A água, iluminação, energia elétrica ou qualquer outro tipo de fornecimento que seja necessário para a realização do serviço serão por conta do Cliente.
Segunda: Em conformidade com as boas regras de colaboração contratuais, a ANTICIMEX garante manter a confidencialidade de todas as informações relativas ao cliente a que tiver acesso, por força do presente Contrato.
Terceira: Além das inspeções e tratamentos contratados, o Cliente poderá solicitar à ANTICIMEX a realização de outros tratamentos e/ou inspeções, os quais serão objeto de orçamento por parte da ANTICIMEX e correspondente adjudicação por parte do Cliente.
Quarta: 1) O presente contrato terá a duração acordada entre as partes e constante no presente Contrato, sendo automaticamente renovável por iguais períodos caso nenhuma das partes o denuncie, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 dias sobre o fim do prazo inicial do contrato ou das suas renovações. 2) Excecionase do supra estabelecido, os contratos nos termos dos quais as Partes convencionarem não sujeitaram o contrato a qualquer renovação.
Quinta: No caso de o Cliente pretender denunciar antecipadamente o Contrato, compromete-se a pagar à ANTICIMEX, a título de penalidade, todas as quantias vencidas e vincendas até ao prazo previsto de duração do contrato.
Sexta: 1) O Cliente toma conhecimento e aceita sem qualquer reserva, a atualização do preço contratual numa base anual, no final de cada período contratual, tomando como referência a data de início do Contrato, por aplicação da taxa de inflação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) publicado pelo INE, referente ao mês anterior à renovação, adicionada de 2 p.p.
Sétima: As despesas e gastos em que a ANTICIMEX incorrer, decorrentes do não pagamento ou do atraso injustificado de pagamento das faturas emitidas pela ANTICIMEX ou de devoluções dos montantes acordados como forma de pagamento, serão suportados pelo Cliente, acrescidos dos juros de mora à taxa legal em vigor, desde a data do vencimento da(s) fatura(s) não paga(s) e até integral pagamento.
Oitava: À ANTICIMEX é facultado o direito de suspender o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, quando o atraso no pagamento dos montantes em dívida por Cliente seja superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos seguintes direitos cumulativos: a) Rescindir imediatamente o contrato; b) Exigir o pagamento de todas as quantias vencidas e vincendas até ao prazo previsto de duração do Contrato, bem como dos respetivos juros de mora à taxa legal e todas as despesas provenientes do não pagamento dos valores em dívida, incluindo honorários de advogados, custas judiciais e honorários e despesas de Agente de Execução.
Nona: 1) Os serviços objeto do presente contrato serão prestados pela ANTICIMEX PORTUGAL, Lda. ou por qualquer empresa do grupo ANTICIMEX. 2) O Cliente presta desde já, o seu consentimento à ANTICIMEX a subcontratar terceiros para a realização de algum dos serviços objeto do Contrato. A ANTICIMEX obriga-se a prestar ao Cliente todas as informações acerca da entidade eventualmente subcontratada para a realização dos serviços e a assegurar que a mesma se encontra devidamente credenciada para o efeito.
Décima: Todos os materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço serão fornecidos pela ANTICIMEX, devendo os mesmos estar devidamente identificados em documento escrito assinado pelas partes, com indicação do respetivo preço, para que, em caso de desaparecimento, perda ou dano dos mesmos, não imputável à ANTICIMEX, os mesmos sejam faturados ao Cliente.
Décima Primeira: 1) Nos tratamentos que requerem o uso de produtos biocidas, a ANTICIMEX garante que todos os produtos encontram-se devidamente registados nos organismos competentes. O Cliente compromete-se a respeitar todos os prazos e condições de segurança indicados para cada produto usado nas suas instalações e a tomar as precauções necessárias. 2) Para o efeito do disposto no número anterior, os prazos, condições de segurança e precauções necessárias deverão constar de documento escrito a facultar ao Cliente, sendo a ANTICIMEX responsável pelo seu teor. 3) A ANTICIMEX fica isenta de responsabilidade, caso estas precauções e medidas de segurança, comunicadas adequadamente ao Cliente, não sejam cumpridas por este.
Décima Segunda: Todos os locais a tratar deverão ser de fácil acesso, caso contrário, o Cliente deverá instalar os meios necessários para que os trabalhadores da ANTICIMEX possam aceder a todas as zonas de trabalho em condições de máxima segurança, de acordo com o estipulado nas normas de segurança e saúde no trabalho em vigor. Tanto as instalações como a posterior manutenção destes meios serão da responsabilidade do Cliente. As partes cumprirão a todo o momento as normas vigentes em matérias de prevenção de riscos laborais segundo a legislação em vigor. A ANTICIMEX poderá legitimamente recusar-se a prestar os serviços objeto do Contrato se, por qualquer circunstância, o Cliente criar uma situação de perigosidade ou risco para o pessoal dependente da mesma ou de sociedade subcontratada. A recusa será legítima enquanto durar a situação de perigosidade ou risco. Esta interrupção não produzirá efeitos na validade, prazos e condições do Contrato, salvo se as partes, de mútuo acordo, assim o decidam.
Décima Terceira: As partes não serão responsáveis pelo incumprimento das obrigações estabelecidas no presente Contrato, caso tal incumprimento seja devido a causas razoavelmente fora do controlo da parte incumpridora, tais como, sem caráter limitativo, incêndios, inundações, greves, conflitos laborais e outras desordens sociais, escassez ou indisponibilidade de combustível ou energia elétrica, acidentes, guerras, bloqueios, distúrbios ou insurreições.
Décima Quarta: Sob nenhuma circunstância, qualquer das partes será responsável perante a outra pelos danos emergentes ou prejuízos que possam ser qualificados como lucro cessante, perda de negócio, perda de reputação comercial, reclamações de terceiros nem quaisquer danos similares, que resultem do incumprimento das obrigações contratualmente assumidas.
Décima Quinta: 1. Para além dos seguros obrigatórios nos termos da lei, a ANTICIMEX obriga-se a manter em vigor, sem que tal constitua encargo para o Cliente, um seguro de responsabilidade civil de capital não inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros).
2. A responsabilidade da ANTICIMEX, incluindo a dos seus colaboradores, representantes, empresas associadas e fornecedores, fica limitada aos termos e condições constantes da sua apólice de responsabilidade civil, não podendo em qualquer caso exceder o montante pago pelo Cliente pelos Serviços que deram origem à obrigação de indemnizar.
Décima Sexta: No caso de o Cliente proceder ao arrendamento, venda ou trespasse das instalações abrangidas pelo presente Contrato ou à cessação da atividade comercial, deverá informar, através de carta regista com aviso de receção, tal facto à ANTICIMEX, no prazo de 8 dias após a efetivação do negócio, sob pena de ser responsável pelos custos inerentes à continuidade dos serviços.
Décima Sétima: O presente Contrato reger-se-á e será interpretado de acordo com a Lei Portuguesa. Em caso de litígio sobre a interpretação, aplicação e execução do presente Contrato, as partes submetem-se expressamente ao foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro que possa corresponder-lhes.
Décima Oitava: Ao adjudicar a presente proposta, estará a dar-nos o seu consentimento para processar os seus dados pessoais. Poderá, quando quiser, revogar o seu consentimento simplesmente contatando-nos usando os detalhes de contato fornecidos na nossa politica de privacidade, https://www.anticimex.com/pt-pt/sobre-a-anticimex/outros/politica-de-privacidade/ onde poderá encontrar mais informações sobre como processamos os dados pessoais, bem como os seus direitos.

As partes declaram ter tomado perfeito conhecimento das cláusulas particulares e gerais constantes do presente Contrato

Data, Assinatura e Carimbo do Cliente

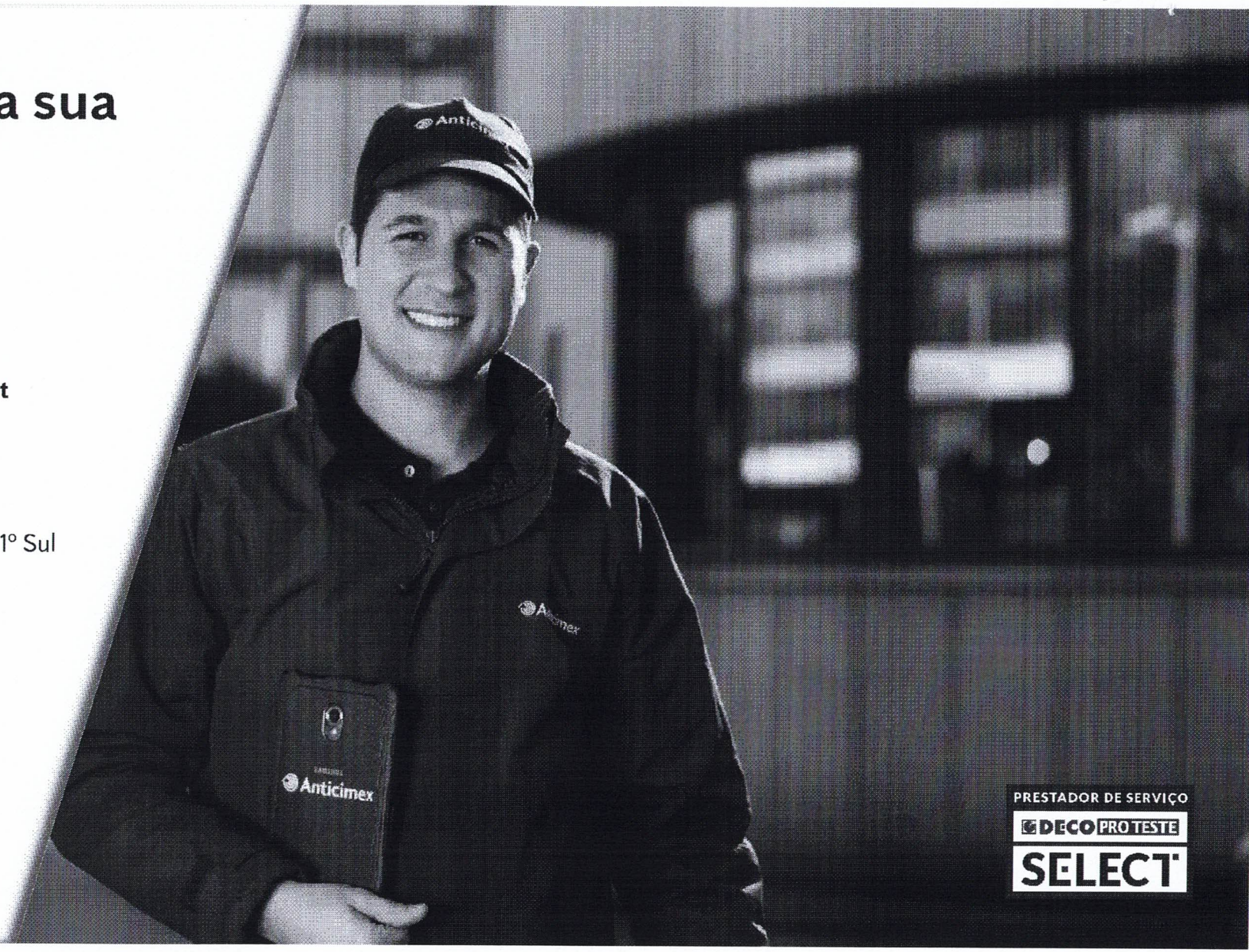
Assinatura da ANTICIMEX

Obrigado pela sua Preferência!

Miguel Pimenta
miguel.pimenta@anticimex.pt
913090292

Avenida Cáceres Monteiro 10, 1º Sul
2495-192 Algés
Portugal

Anticimex®



PRESTADOR DE SERVIÇO
DECO PROTESTE
SELECT